

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	20
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	27
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	107

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	110
	112

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.087.050.297
Preferenciais	265.583.803
Total	1.352.634.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2010	Dividendo	15/06/2011	Ordinária		3,25448
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2010	Dividendo	15/06/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	4,13794
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2010	Dividendo	15/06/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,05225
Assembléia Geral Ordinária	16/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	29/06/2011	Ordinária		0,87734
Assembléia Geral Ordinária	16/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	16/06/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	2,29181

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	103.588.034	105.663.349
1.01	Ativo Circulante	19.111.929	20.839.355
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.593.593	7.656.920
1.01.01.01	Caixa e equivalente de caixa	5.197.770	5.598.702
1.01.01.02	Caixa restrito	2.395.823	2.058.218
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.458.079	5.811.767
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.458.079	5.811.767
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.458.079	5.811.767
1.01.03	Contas a Receber	355.985	428.633
1.01.03.01	Clientes	355.985	428.633
1.01.04	Estoques	700	607
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.703.572	6.941.428
1.01.08.03	Outros	8.703.572	6.941.428
1.01.08.03.01	Empréstimo e Financiamentos	2.843.262	2.644.139
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível	1.608.940	1.428.256
1.01.08.03.03	Remuneração dos Investimentos	1.663.089	684.073
1.01.08.03.04	Devedores diversos	294.878	173.255
1.01.08.03.05	Ativos fiscais diferidos	1.774.148	1.370.133
1.01.08.03.06	Ativo financeiro de Itaipu	370.143	413.423
1.01.08.03.07	Diversos	149.112	228.149
1.02	Ativo Não Circulante	84.476.105	84.823.994
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.018.528	32.636.163
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	774.985	761.750
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	774.985	761.750
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.582.550	1.835.272
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.582.550	1.835.272
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	30.660.993	30.039.141
1.02.01.09.03	Ativo financeiros de Itaipu	1.340.781	824.574
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	21.371.976	22.117.783
1.02.01.09.05	Cauções e depósitos vinculados	533.512	562.665
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível-CCC	713.726	785.327
1.02.01.09.07	Adiantamento para participação societária	6.487.932	5.548.884
1.02.01.09.08	Diversos	213.066	199.908
1.02.02	Investimentos	51.296.485	52.035.980
1.02.02.01	Participações Societárias	51.296.485	52.035.980
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	6.218.115	6.121.064
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	47.014.691	47.811.843
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	-1.936.321	-1.896.927
1.02.03	Imobilizado	112.015	101.848
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	110.336	100.181
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.679	1.667
1.02.04	Intangível	49.077	50.003
1.02.04.01	Intangíveis	49.077	50.003
1.02.04.01.02	Outros	49.077	50.003

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	103.588.034	105.663.349
2.01	Passivo Circulante	5.286.063	7.902.865
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	41.947	28.983
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	41.947	28.983
2.01.02	Fornecedores	252.102	365.965
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	252.102	365.965
2.01.03	Obrigações Fiscais	130.946	76.680
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	130.946	76.680
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	130.946	76.680
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	263.409	275.908
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	263.409	275.908
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	263.409	275.908
2.01.05	Outras Obrigações	4.597.659	7.155.329
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	100.301	92.770
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	100.301	92.770
2.01.05.02	Outros	4.497.358	7.062.559
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	214.808	3.340.024
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	15.620	16.191
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	298.996	302.100
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível-CCC	2.945.056	2.579.546
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	930.162	759.214
2.01.05.02.08	Previdência complementar	7.516	0
2.01.05.02.09	Diversos	85.200	65.484
2.02	Passivo Não Circulante	22.255.946	27.456.370
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13.199.094	13.429.818
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	13.199.094	13.429.818
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.340.768	8.159.038
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.858.326	5.270.780
2.02.02	Outras Obrigações	7.485.977	12.534.158
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	205.445	250.485
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	205.445	250.485
2.02.02.02	Outros	7.280.532	12.283.673
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	136.741	5.173.856
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	146.487	141.425
2.02.02.02.04	Remuneração aos acionistas	5.944.575	5.601.077
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustível	713.726	785.327
2.02.02.02.06	Previdência complementar	30.617	30.617
2.02.02.02.07	Outros	308.386	551.371
2.02.04	Provisões	1.570.875	1.492.394
2.02.04.02	Outras Provisões	1.570.875	1.492.394
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	1.276.977	1.290.567
2.02.04.02.05	Provisão para passivo a descoberto em controladas	293.898	201.827
2.03	Patrimônio Líquido	76.046.025	70.304.114
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	26.156.567
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.505	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	16.599.503	17.558.052
2.03.04.01	Reserva Legal	2.046.389	2.046.389
2.03.04.02	Reserva Estatutária	14.553.114	14.758.462
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	753.201
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.542.332	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	231.296	163.335
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	319.221	377.818

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	460.170	1.486.961	771.786	603.045
3.03	Resultado Bruto	460.170	1.486.961	771.786	603.045
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-425.930	-259.964	189.801	-241.917
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-738.386	-1.528.531	-792.892	-2.011.134
3.04.02.01	Pessoal, material e serviço	-123.930	-236.190	-107.104	-191.883
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-470.903	-940.361	-471.948	-915.910
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-1.608	-3.221	-1.821	-3.633
3.04.02.04	Provisões operacionais	-78.096	-182.926	-151.661	-746.288
3.04.02.05	Doações e contribuições	-49.849	-124.385	-40.846	-95.029
3.04.02.06	Outras	-14.000	-41.448	-19.512	-58.391
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	312.456	1.268.567	982.693	1.769.217
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.240	1.226.997	961.587	361.128
3.06	Resultado Financeiro	22.758	266.346	725.801	1.555.873
3.06.01	Receitas Financeiras	971.851	1.963.057	1.408.401	2.475.693
3.06.02	Despesas Financeiras	-949.093	-1.696.711	-682.600	-919.820
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	56.998	1.493.343	1.687.388	1.917.001
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	269.629	117.850	-275.588	-341.730
3.08.01	Corrente	269.629	117.850	-275.588	-341.730
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	326.627	1.611.193	1.411.800	1.575.271
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	326.627	1.611.193	1.411.800	1.575.271
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.417.724	2.337.026
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.129.655	2.401.487
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	1.493.343	1.419.676
6.01.01.02	Dpreciação e amortização	3.221	3.633
6.01.01.03	Variação monetária/cambial	280.375	-699.174
6.01.01.04	Encargos financeiros	-703.452	-1.447.007
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-1.268.567	-1.739.920
6.01.01.08	Provisões Contingências	-13.590	-54.852
6.01.01.09	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	54.728	-15.377
6.01.01.11	Encargos de reserva global de reversão	172.052	161.691
6.01.01.12	Encargos sobre recursos de acionistas	650.903	590.308
6.01.01.15	Provisão para perda com Investiments e AFAC	95.022	269.973
6.01.01.16	Provisão para passivo a descoberto	92.071	-159.730
6.01.01.17	Outras	273.549	4.072.266
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.455.014	24.539
6.01.02.01	Caixa restrito	-337.605	-1.255.391
6.01.02.02	Consumidores e revendedores	-65.505	-184.710
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	3.340.453	-96.634
6.01.02.04	Conta de consumo de combustível	-109.083	-288.563
6.01.02.06	Direito de ressarcimento	0	1.481.687
6.01.02.07	Devedores diversos	-121.623	-157.219
6.01.02.09	Ativo financeiro de Itaipu	-472.927	0
6.01.02.10	Empréstimo compulsório	4.490	-43.274
6.01.02.11	Fornecedores	16.584	44.236
6.01.02.12	Adiantamento de clientes	-3.104	129.408
6.01.02.13	Almoxarifaado	-93	-229
6.01.02.14	Conta de consumo de combustível	163.464	19.913
6.01.02.17	Obrigações estimadas	12.964	-48.302
6.01.02.18	Obrigações de ressarcimento	170.948	229.081
6.01.02.20	Diversos	-143.949	194.536
6.01.03	Outros	-166.945	-89.000
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-188.597	-118.471
6.01.03.02	Pagamento de encargos da Reserva Gloval de Reversão	-134.686	-423.105
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	580.263	532.450
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	-422.230	-79.874
6.01.03.05	Depósitos judiciais	-1.695	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	290.042	2.540.782
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamaentos	-1.058.560	-1.675.945
6.02.02	Recebimento de empréstimo e financeimaneto concedidos	1.162.168	2.764.604
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-12.427	-821
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	0	-35.738
6.02.08	Concessão de Adiantamento para futuro aumento de capital	-812.901	0
6.02.09	Recebimento de remuneração de investimento em participação societária	1.011.762	753.589
6.02.10	Outros	0	735.093

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.110.698	-753.706
6.03.01	Empréstimo e financiamento obtidos a longo prazo	4.701	22.595
6.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamento principal	-567.497	-169.313
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-4.040.210	-2.447.509
6.03.05	Empréstimo compulsório e Reserva global de reversão	492.308	491.108
6.03.06	Outros	0	1.349.413
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-402.932	4.124.102
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.598.702	5.373.159
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.195.770	9.497.261

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	16.804.852	916.535	377.816	70.304.112
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-899	0	-899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	16.804.852	915.636	377.816	70.303.213
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.148.764	0	0	-753.201	0	4.395.563
5.04.01	Aumentos de Capital	5.148.764	0	0	0	0	5.148.764
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-753.201	0	-753.201
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.611.193	-58.595	1.552.598
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.611.193	0	1.611.193
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-58.595	-58.595
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	74.620	74.620
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.315	-4.315
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	-128.900	-128.900
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-205.349	0	0	-205.349
5.06.04	Realização de Reserva de Lucros	0	0	-205.349	0	0	-205.349
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	16.599.503	1.773.628	319.221	76.046.025

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	19.009.667	-2.795.561	827.491	69.246.506
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	54.734	0	54.734
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	19.009.667	-2.740.827	827.491	69.301.240
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	879	-370.755	0	-369.876
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	879	0	0	879
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-386.045	0	-386.045
5.04.08	Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	0	0	0	15.290	0	15.290
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.630.457	0	1.630.457
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.575.271	0	1.575.271
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	55.186	0	55.186
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	55.186	0	55.186
5.07	Saldos Finais	26.156.567	26.048.342	19.010.546	-1.481.125	827.491	70.561.821

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	1.592.411	676.155
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.592.411	676.155
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.031.288	-1.019.524
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-90.927	-103.614
7.02.04	Outros	-940.361	-915.910
7.02.04.01	Energia comprada para revenda	-940.361	-915.910
7.03	Valor Adicionado Bruto	561.123	-343.369
7.04	Retenções	-186.147	-749.921
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.221	-3.633
7.04.02	Outras	-182.926	-746.288
7.04.02.01	Provisões operacionais	-182.926	-746.288
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	374.976	-1.093.290
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.231.624	4.244.910
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.268.567	1.769.217
7.06.02	Receitas Financeiras	1.963.057	2.475.693
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.606.600	3.151.620
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.606.600	3.151.620
7.08.01	Pessoal	186.711	146.660
7.08.01.01	Remuneração Direta	174.020	133.076
7.08.01.04	Outros	12.691	13.584
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	12.691	13.584
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-12.400	414.840
7.08.02.01	Federais	-12.400	414.840
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.821.096	1.014.849
7.08.03.01	Juros	1.696.711	919.820
7.08.03.03	Outras	124.385	95.029
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	124.385	95.029
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.611.193	1.575.271
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.611.193	1.575.271

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	146.302.320	146.901.000
1.01	Ativo Circulante	30.364.553	32.441.235
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.333.120	11.278.387
1.01.01.01	Caixa e equivalente de caixa	8.937.297	9.220.169
1.01.01.02	Caixa restrito	2.395.823	2.058.218
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.349.968	6.774.073
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.349.968	6.774.073
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	3.349.968	6.774.073
1.01.03	Contas a Receber	3.155.773	3.651.295
1.01.03.01	Clientes	3.155.773	3.651.295
1.01.04	Estoques	652.668	676.609
1.01.04.01	Almoxarifado	354.696	378.637
1.01.04.02	Estoque de combustível nuclear	297.972	297.972
1.01.07	Despesas Antecipadas	62.825	40.418
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.810.199	10.020.453
1.01.08.03	Outros	11.810.199	10.020.453
1.01.08.03.01	Empréstimo e financiamentos	1.368.727	1.359.269
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível - CCC	3.091.629	3.041.484
1.01.08.03.03	Remuneração dos Investimentos	209.900	178.604
1.01.08.03.04	Direito de ressarcimento	372.096	324.451
1.01.08.03.05	Devedores diversos	760.834	478.367
1.01.08.03.06	Ativos fiscais diferidos	2.471.570	1.825.905
1.01.08.03.07	Ativo financeiro de Itaipu	889.868	997.015
1.01.08.03.08	Ativos financeiros de contratos de concessão	1.062.347	726.507
1.01.08.03.09	Instrumentos financeiros	310.172	283.220
1.01.08.03.10	Diversos	1.273.056	805.631
1.02	Ativo Não Circulante	115.937.767	114.459.765
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	60.105.721	60.788.648
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	829.014	769.905
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	829.014	769.905
1.02.01.03	Contas a Receber	2.084.401	1.834.927
1.02.01.03.01	Clientes	2.084.401	1.834.927
1.02.01.04	Estoques	808.118	799.556
1.02.01.04.02	Estoque de Combustível Nuclear	808.118	799.556
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.298.732	4.338.682
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.298.732	4.338.682
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	52.085.456	53.045.578
1.02.01.09.03	Ativos financeiros de contrato de concessão	25.493.946	24.995.626
1.02.01.09.04	Ativo financeiro de Itaipu	14.992.227	15.648.086
1.02.01.09.05	Financiamento e Empréstimo	7.525.695	8.300.171
1.02.01.09.06	Cauções e depósitos vinculados	1.900.864	1.750.678
1.02.01.09.07	Conta de consumo de combustível	1.113.495	1.156.926
1.02.01.09.08	Adiantamento para participações societárias	95.988	7.141
1.02.01.09.09	Instrumentos financeiros	249.981	297.020
1.02.01.09.10	Diversos	713.260	889.930
1.02.02	Investimentos	4.781.341	4.724.647

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.02.02.01	Participações Societárias	4.781.341	4.724.647
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	2.985.042	3.039.866
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.796.299	1.684.781
1.02.03	Imobilizado	48.879.912	46.682.498
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	38.204.891	36.374.979
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	10.675.021	10.307.519
1.02.04	Intangível	2.170.793	2.263.972
1.02.04.01	Intangíveis	2.170.793	2.263.972
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	680.660	932.509
1.02.04.01.02	Outros	1.490.133	1.331.463

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	146.302.320	146.901.000
2.01	Passivo Circulante	16.259.831	18.369.509
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	916.577	772.071
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	916.577	772.071
2.01.02	Fornecedores	4.694.222	5.165.765
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	4.694.222	5.165.765
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.181.656	1.102.672
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.181.656	1.102.672
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.181.656	1.102.672
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.537.599	1.988.950
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.411.872	1.868.465
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.684.218	1.229.757
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	727.654	638.708
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	125.727	120.485
2.01.05	Outras Obrigações	6.604.130	9.082.471
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	100.301	92.770
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	100.301	92.770
2.01.05.02	Outros	6.503.829	8.989.701
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	257.571	3.424.520
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	15.620	16.925
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	343.588	341.462
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível-CCC	2.945.056	2.579.546
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	930.162	759.214
2.01.05.02.08	Previdência complementar	341.171	330.828
2.01.05.02.09	Taxas regulamentares	636.120	584.240
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros	297.020	237.209
2.01.05.02.11	Diversos	737.521	715.757
2.01.06	Provisões	325.647	257.580
2.01.06.02	Outras Provisões	325.647	257.580
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	325.647	257.580
2.02	Passivo Não Circulante	53.764.179	58.001.081
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	33.065.061	32.964.518
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	31.293.800	31.269.971
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	19.122.678	18.017.419
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	12.171.122	13.252.552
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.771.261	1.694.547
2.02.02	Outras Obrigações	14.872.451	19.541.657
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	205.445	250.485
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	205.445	250.485
2.02.02.02	Outros	14.667.006	19.291.172
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	136.741	5.173.856
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	146.487	141.425
2.02.02.02.04	Remuneração aos acionistas	5.944.575	5.601.077
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustível-CCC	2.049.906	1.876.598
2.02.02.02.06	Previdência complementar	1.912.462	2.066.702
2.02.02.02.07	Adiantamento de clientes	902.349	928.653

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.02.02.08	Concessões a pagar	1.129.302	834.215
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros	249.981	303.331
2.02.02.02.10	Outros	2.195.203	2.365.315
2.02.03	Tributos Diferidos	1.252.521	1.217.649
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.252.521	1.217.649
2.02.04	Provisões	4.187.704	3.901.289
2.02.04.02	Outras Provisões	4.187.704	3.901.289
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	4.187.704	3.901.289
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	386.442	375.968
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	386.442	375.968
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	76.278.310	70.530.410
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	26.156.567
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.309	3.384.309
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.506	3.405.506
2.03.04	Reservas de Lucros	16.599.503	17.558.052
2.03.04.01	Reserva Legal	2.046.390	2.046.390
2.03.04.02	Reserva Estatutária	14.553.113	14.758.461
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	753.201
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.542.332	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	231.296	163.335
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	319.221	377.818
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	232.285	226.296

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.867.031	13.592.265	6.585.996	12.075.932
3.03	Resultado Bruto	5.867.031	13.592.265	6.585.996	12.075.932
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.929.233	-10.510.853	-4.822.674	-9.974.566
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.154.219	-10.899.417	-4.995.221	-10.280.494
3.04.02.01	Pessoal, Material e Serviço	-1.946.484	-3.659.132	-1.692.882	-3.238.295
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-786.384	-1.718.460	-817.106	-1.692.687
3.04.02.04	Combustível para produção de energia elétrica	-124.632	-263.315	-302.820	-386.190
3.04.02.05	Uso da rede	-327.632	-668.389	-411.231	-796.526
3.04.02.06	Remuneração e ressarcimento	-300.102	-596.232	-261.659	-523.936
3.04.02.07	Operação e manutenção - distribuição	-56.031	-56.031	-38.900	-38.900
3.04.02.08	Construção	-199.842	-1.376.515	-681.893	-1.217.557
3.04.02.09	Operação e manutenção - transmissão	-8.086	-8.086	0	0
3.04.02.10	Depreciação e amortização	-407.734	-832.859	-394.036	-786.004
3.04.02.11	Provisões operacionais	-214.808	-941.879	-156.643	-915.688
3.04.02.12	Resultado a compensar de Itaipu	-139.975	-257.825	-208.406	-509.814
3.04.02.13	Doações e contribuições	-67.067	-160.574	-56.850	-126.501
3.04.02.14	Outras	-575.442	-360.120	27.205	-48.396
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	224.986	388.564	172.547	305.928
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	937.798	3.081.412	1.763.322	2.101.366
3.06	Resultado Financeiro	-688.686	-964.756	100.412	426.392
3.06.01	Receitas Financeiras	911.045	1.738.816	1.046.815	1.982.328
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.599.731	-2.703.572	-946.403	-1.555.936
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	249.112	2.116.656	1.863.734	2.527.758
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	97.974	-480.723	-471.637	-944.534
3.08.01	Corrente	97.974	-480.723	-471.637	-944.534
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	347.086	1.635.933	1.392.097	1.583.224
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	347.086	1.635.933	1.392.097	1.583.224
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	326.627	1.611.193	1.411.800	1.575.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	20.459	24.740	-19.703	7.953
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.275.454	4.276.630
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.816.766	4.779.779
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	2.116.657	2.030.433
6.01.01.02	Depreciação e amortização	832.859	786.004
6.01.01.03	Variação monetária/cambial	405.190	-615.238
6.01.01.04	Encargos financeiros	755.424	-426.078
6.01.01.05	Provisão para plabno de benefício de emprego	0	28.762
6.01.01.06	Receita de construção	-119.095	-1.934.107
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-388.564	-276.631
6.01.01.08	Provisões para contingências	254.260	126.410
6.01.01.09	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	409.000	0
6.01.01.10	Ajuste a valor presente	0	179.755
6.01.01.11	Encargos de reserva global de reversão	0	280.391
6.01.01.12	Encargos sobre recursos de acionistas	757.674	614.924
6.01.01.13	Resultado a compensar de Itaipu	257.825	509.814
6.01.01.14	Provisão para passivo a descoberto	0	-159.730
6.01.01.15	Provisão para perda com Investimentos e AFAC	0	269.973
6.01.01.16	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	320.430	149.683
6.01.01.17	Atualização da taxa de retorno - transmissão	-1.232.257	-921.884
6.01.01.18	Participação minoritária no resultado	0	-7.953
6.01.01.19	Instrumentos financeiros- derivativo	0	138.770
6.01.01.20	Diversos	447.363	4.006.481
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.097.290	614.418
6.01.02.01	Caixa restrito	-337.605	-1.255.391
6.01.02.02	Consumidores e revendedores	246.048	-2.242.918
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	3.424.104	-891.330
6.01.02.04	Conta de consumo de combustível	-6.714	-497.459
6.01.02.06	Direito de ressarcimento	-47.645	1.210.299
6.01.02.07	Devedores diversos	-282.467	-233.278
6.01.02.08	Ativo financeiro de contratos de concessão	-834.160	378.963
6.01.02.09	Ativo financeiro de Itaipu	763.005	598.894
6.01.02.10	Empréstimo compulsório	3.757	-42.540
6.01.02.11	Fornecedores	-471.543	2.149.551
6.01.02.12	Adiantamento de clientes	-24.178	-373
6.01.02.13	Amoxarifado	23.942	74.745
6.01.02.14	Conta de consumo de combustível - CCC	538.818	-825.302
6.01.02.15	Concessões (UBP)	295.087	87.061
6.01.02.16	Arrendamento mercantil	81.956	114.656
6.01.02.17	Obrigações estimadas	144.506	19.529
6.01.02.18	Obrigações de ressarcimento	170.948	229.081
6.01.02.19	Instrumentos financeiros	26.548	-13.152
6.01.02.20	Diversos	-617.117	1.753.382
6.01.03	Outros	-638.602	-1.117.567
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-649.403	-580.653
6.01.03.02	Pagamento encargos da Reserva Global de Reversão	0	-564.922

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	93.189	543.289
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	0	-405.108
6.01.03.05	Depósitos judiciais	-82.388	-110.173
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.329.353	814.768
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamentos	5.744	-167.594
6.02.02	Recebimento de empréstimo e financiamento concedidos	724.997	2.822.854
6.02.03	Crédito de energia renegociada recebido	182.352	157.001
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-3.457.281	-2.662.312
6.02.05	Aquisição de ativo intangível	-46.620	-38.162
6.02.06	Aquisição ativo financeiro - Transmissão/Distribuição	-5.650	-103.512
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-678.053	-372.866
6.02.09	Recebimento de remuneração de investimento em participação societária	390.583	162.680
6.02.10	Outros	-445.425	1.016.679
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.228.973	-1.355.035
6.03.01	Empréstimo e financiamento obtidos a Longo Prazo	1.153.250	719.434
6.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamento principal	-878.304	-434.109
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-4.053.422	-2.467.707
6.03.04	Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições principal	-46.584	-46.526
6.03.05	Empréstimo compulsório e Reserva global de reversão	-492.307	491.108
6.03.06	Outros	88.394	382.765
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-282.872	3.736.363
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.220.169	8.275.533
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.937.297	12.011.896

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	16.804.852	916.535	377.816	70.304.112	226.296	70.530.408
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-899	0	-899	0	-899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	16.804.852	915.636	377.816	70.303.213	226.296	70.529.509
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.148.764	0	0	-753.201	0	4.395.563	-18.753	4.376.810
5.04.01	Aumentos de Capital	5.148.764	0	0	0	0	5.148.764	0	5.148.764
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-753.201	0	-753.201	-18.753	-771.954
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.611.193	-58.595	1.552.598	24.742	1.577.340
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.611.193	0	1.611.193	24.742	1.635.935
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-58.595	-58.595	0	-58.595
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	74.620	74.620	0	74.620
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.315	-4.315	0	-4.315
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	-128.900	-128.900	0	-128.900
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-205.349	0	0	-205.349	0	-205.349
5.06.04	Realização de Reserva de Lucro	0	0	-205.349	0	0	-205.349	0	-205.349
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	16.599.503	1.773.628	319.221	76.046.025	232.285	76.278.310

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	19.009.667	-2.795.561	827.491	69.246.506	132.543	69.379.049
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	54.734	0	54.734	0	54.734
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	19.009.667	-2.740.827	827.491	69.301.240	132.543	69.433.783
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	879	-370.755	0	-369.876	0	-369.876
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	879	0	0	879	0	879
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-386.045	0	-386.045	0	-386.045
5.04.08	Encargos financeiros - Decreto 2673/98	0	0	0	15.290	0	15.290	0	15.290
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.630.457	0	1.630.457	7.953	1.638.410
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.575.271	0	1.575.271	7.953	1.583.224
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	55.186	0	55.186	0	55.186
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	55.186	0	55.186	0	55.186
5.07	Saldos Finais	26.156.567	26.048.342	19.010.546	-1.481.125	827.491	70.561.821	140.496	70.702.317

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	15.868.771	14.095.149
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.333.239	13.612.552
7.01.02	Outras Receitas	535.532	482.597
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.125.990	-6.907.847
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.328.707	-4.127.918
7.02.04	Outros	-2.797.283	-2.779.929
7.02.04.01	Encargos setoriais	-815.508	-701.052
7.02.04.02	Energia comprada para revenda	-1.718.460	-1.692.687
7.02.04.03	Combustível para produção de energia elétrica	-263.315	-386.190
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.742.781	7.187.302
7.04	Retenções	-1.774.738	-1.701.692
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-832.859	-786.004
7.04.02	Outras	-941.879	-915.688
7.04.02.01	Provisões operacionais	-941.879	-915.688
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.968.043	5.485.610
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.127.378	2.288.256
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	388.562	305.928
7.06.02	Receitas Financeiras	1.738.816	1.982.328
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.095.421	7.773.866
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.095.421	7.773.866
7.08.01	Pessoal	2.628.880	2.237.553
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.545.223	2.158.669
7.08.01.04	Outros	83.657	78.884
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	83.657	78.884
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.941.721	2.262.699
7.08.02.01	Federais	1.941.721	2.262.699
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.864.147	1.682.436
7.08.03.01	Juros	2.703.573	1.555.935
7.08.03.03	Outras	160.574	126.501
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	160.574	126.501
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.660.673	1.591.178
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.635.933	1.583.225
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	24.740	7.953



Demonstrações Contábeis – 2º ITR 2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

Eletrobras lucra R\$ 1.611 milhões no 1º semestre de 2011

Eletrobras alcançou um lucro de R\$ 1.611 milhões no primeiro semestre de 2011, equivalente a R\$ 1,42 por ação. No mesmo período do exercício de 2010 o lucro reapresentado com os efeitos da adoção do IFRS foi de R\$ 1.575 milhões, equivalente a R\$ 1,39 por ação, o que representa um crescimento de 2,28 % no seu resultado semestral.

A receita financeira líquida fundamentalmente decorrentes dos financiamentos e empréstimos concedidos geraram um ganho de R\$ 848,8 milhões, representando, no entanto, uma queda de 23,5% no nível das receitas dessa natureza, em relação ao período anterior.

Nos 6 meses de 2011 a ELETROBRÁS registrou perda cambial de R\$ 634 milhões, contra um ganho de R\$ 106 milhões nos 6 meses do exercício de 2010. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, nos 6 meses do exercício de 2011 a Companhia verificou um ganho de R\$ 355 milhões, enquanto que em 2010, foi apurado um ganho de R\$ 341 milhões.



Comentário

10



Demonstrações Contábeis – 2º ITR 2011

Resultado - Investimento em Participações Societárias

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	915.580	1.467.112	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	30.664	32.686	30.664	32.686
	<u>946.244</u>	<u>1.499.797</u>	<u>30.664</u>	<u>32.686</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	<u>265.862</u>	<u>219.465</u>	<u>301.439</u>	<u>223.289</u>
Outros investimentos	<u>56.461</u>	<u>49.954</u>	<u>56.461</u>	<u>49.954</u>
	<u><u>1.268.567</u></u>	<u><u>1.769.217</u></u>	<u><u>388.564</u></u>	<u><u>305.928</u></u>

CONTINGÊNCIAS

A ELETROBRÁS têm diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré.

Nesse sentido, para fazer face à eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, das seguintes naturezas:

I – Ações judiciais cíveis

A provisão para contingências cíveis, na controladora em 30 de junho 2011, no valor de R\$ 1.270.847 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 1.284.437), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica.



Comentá

10



Demonstrações Contábeis – 2º ITR 2011

Todas as ações judiciais estão em fase de defesa e foram oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, , que representam 6,82% do total da carteira de ações da ELETROBRÁS, conforme abaixo descrito:

30/06/2011			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	1.587.820	98,07%	1.557.194
EMAE	325.983	100,00%	325.983
CESP	190.713	95,88%	182.863
AES TIETE	764.496	88,94%	679.915
COELCE	173.711	41,02%	71.253
DUKE(CGEEP)	18.549	63,25%	11.733
CEMAT	500.437	86,66%	433.660
CEB	3.528	50,00%	1.764
CELPA	278.453	5,31%	14.776
CELPE	53.072	70,32%	37.319
CELESC	169.776	15,24%	25.875
CEEE-GT	657.499	10,08%	66.286
CEMAR	296.703	31,10%	92.264
SUBTOTAL	5.020.741		3.500.885
Outros Investimentos	46.275.744		-
TOTAL	51.296.485	6,82%	3.500.885

PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Garantias	19.133	-	19.133	-
Contingências	(13.590)	54.852	254.260	237.211
PCLD - Consumidores e Revendedores	53.845	10.912	320.430	247.387
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	-	-	-	-
PCLD - Créditos de ICMS	-	-	2.382	10.656



Comentá



10

Eletrobras

Demonstrações Contábeis – 2º ITR 2011

Perdas na realização de AFAC's	2.951	128.160	-	-
Passivo a descoberto em Controladas	92.071	159.730	-	-
Perdas em Investimentos - diversos	-	405.915	-	405.915
Impairment	-	-	409.000	-
Outras	28.516	(13.281)	(63.326)	14.519
	<u>182.926</u>	<u>746.288</u>	<u>941.879</u>	<u>915.688</u>

RESULTADO POR SEGMENTO

	jun/11				
RESULTADO POR SEGMENTO	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	927	8.320	2.901	1.444	13.592
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.768)	(5.031)	(2.559)	(1.541)	(10.899)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(841)	3.289	342	(97)	2.693
RESULTADO FINANCEIRO	(63)	(710)	(163)	(29)	(965)
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	327	9	53	-	389
IRPJ / CSLL	111	(486)	(103)	(3)	(481)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	(25)	-	-	-	(25)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(491)	2.102	129	(129)	1.611
	jun/10				
RESULTADO POR SEGMENTO	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	933	7.234	2.612	1.297	12.076
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.331)	(4.223)	(2.316)	(1.411)	(10.281)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(1.398)	3.011	296	(114)	1.795
RESULTADO FINANCEIRO	953	(264)	(245)	(17)	427
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	296	29	(19)	-	306
IRPJ / CSLL	(342)	(409)	(194)	-	(945)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	(8)	-	-	-	(8)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(499)	2.367	(162)	(131)	1.575



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.**Eletrobras****(COMPANHIA ABERTA)**
CNPJ 00.001.180/0001-26**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**
DOS PERÍODOS FINDOS EM
30 de junho de 2011**(CONTROLADORA E CONSOLIDADO)**
(Em milhares de Reais)**NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras” ou “Companhia”) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Securities and Exchange Commission - SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) - Brasil, Madri (LATIBEX) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em sete empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica (Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, Amazonas Energia - AME, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL, Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE) e em quatro empresas distribuidoras de energia elétrica Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí - Cepisa.

A Companhia é controladora, também, da Eletrobras Participações S.A - Eletropar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional - Itaipú, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, Inambari Geração de Energia S.A. e Centrales Hidroelectricas de Centroamerica S.A. (CHC).

A Companhia é controladora indireta da empresa Boa Vista Energia, controlada integral da Eletronorte (a Eletronorte é controladora também da Estação Transmissora de Energia), que atua na geração e distribuição de energia elétrica no Estado de Roraima e da RS Energia, Artemis, Porto Velho transmissora de Energia, Uirapuru e SC Energia, controladas pela Eletrosul.

A Companhia participa, também, de forma minoritária, em sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, de participação direta e indireta, por meio de suas controladas. (Nota 16)

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível - CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A emissão das Informações Trimestrais da Companhia foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de agosto de 2011.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica - Geração, Transmissão e Distribuição, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento não diferem das apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Caso concessões das controladas da Companhia não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de preparação

Essas Informações Trimestrais consolidadas são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"). Na elaboração das Informações Trimestrais individuais, a Companhia observou as práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC.

3.2. Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais da Companhia compreendem:

- As Informações Trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board -

Notas Explicativas

IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e

- As Informações Trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As Informações Trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Informações Trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas Informações Trimestrais individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Informações Trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Informações Trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Informações Trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Informações Trimestrais são compatíveis com aquelas aplicadas às Demonstrações Financeiras Anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

Essas Informações Trimestrais devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

3.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As bases de consolidação das Informações Trimestrais consolidadas incluem as Informações Trimestrais da Companhia e de suas controladas, inclusive entidades de propósitos específicos (controladas em conjunto) e as seguintes principais práticas de consolidação não diferem daquelas adotadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Controladas (Consolidação integral)	30/06/2011		31/12/2010	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	100%	-
Cepisa	100%	-	100%	-
Ceron	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	100%	-

Notas Explicativas

Eletoacre	93%	-	93%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	84%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-
RS Energia	-	100%	-	100%
Porto Velho Transmissora	-	100%	-	100%
Boa Vista	-	100%	-	100%
Estação Transmissora	-	100%	-	100%
Itaipu	50%	-	50%	-
Inambari	29%	49%	29%	49%
Norte Energia	15%	49%	15%	49%
CHC	50%	-	50%	-
Amapari	-	49%	-	49%
Amazônia Eletronorte	-	49%	-	49%
Artemis	-	100%	-	49%
Baguari	-	31%	-	31%
Brasnorte	-	50%	-	50%
Chapecoense	-	40%	-	40%
Cia de Transm. Centroeste de Minas	-	49%	-	49%
Construtora Integração	-	49%	-	49%
Enerpeixe	-	40%	-	40%
Eólica Cerro Chato I	-	90%	-	90%
Eólica Cerro Chato II	-	90%	-	90%
Eólica Cerro Chato III	-	90%	-	90%
Energia Sustentável	-	40%	-	40%
Goiás Transmissão	-	49%	-	49%
Integração Transmissora	-	49%	-	49%
Interligação Elétrica do Madeira	-	67%	-	67%
Linha Verde Transmissora	-	49%	-	49%
Madeira Energia	-	39%	-	39%
Manaus Construtora Ltda	-	20%	-	20%
Manaus Transmissora	-	50%	-	50%
MGE Transmissão	-	49%	-	49%
Norte Brasil Transmissora	-	49%	-	49%
Pedra Branca	-	49%	-	49%
Retiro Baixo	-	49%	-	49%
Rio Branco Transmissora	-	49%	-	49%
São Pedro do Lago	-	49%	-	49%
Serra do Facão	-	50%	-	50%
Sete Gameleiras	-	49%	-	49%
Sistema de Transmissão Nordeste	-	49%	-	49%
Transmissão Delmiro Gouveia	-	49%	-	49%
Transenergia Goiás	-	49%	-	49%
Transenergia Renovável	-	49%	-	49%
Transenergia São Paulo	-	49%	-	49%
Transudeste	-	25%	-	25%
Uirapuru	-	100%	-	49%
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	-	49%	-	-

3.4. Investimentos em coligadas

Notas Explicativas

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e inclui ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

3.5. Participações em empreendimentos em conjunto (*joint venture*)

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas Informações Trimestrais consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia linha a linha.

3.6. Políticas Contábeis

Na elaboração das Informações Trimestrais foram adotadas as mesmas políticas contábeis descritas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010, envolvendo Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa, Conta de Consumo de Combustível – CCC, Depósitos Judiciais, Almoxarifado, Estoque de Combustível Nuclear, Imobilizado, Custos de empréstimos, Contratos de Concessão, Ativo financeiro – Concessão, Ativos intangíveis, Gastos com Estudos e Projetos, Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, excluindo o ágio, Ágio, Combinações de Negócios, Tributação, Impostos correntes, Concessões a pagar, Instrumentos financeiros, Ativos financeiros, Redução ao valor recuperável de ativos financeiros, Baixa de ativos financeiros, Passivos financeiros, Contratos de garantia financeira, Instrumentos financeiros derivativos, Derivativos embutidos, Contabilização de *hedge*, Obrigações com funcionários e aposentadoria, Outras obrigações pós-emprego, Participação nos resultados, Provisões, Provisão para desmobilização de ativos, Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, Contratos onerosos, Adiantamento para futuro aumento de capital, Capital Social, Juros sobre o Capital Próprio e distribuição de dividendos, Outros resultados abrangentes, Reconhecimento de receita, Subvenções governamentais, Apuração do resultado do exercício, Paradas Programadas, Lucro básico e lucro diluído, Apresentação de relatórios por segmentos e Demonstração do Valor Adicionado - DVA

3.7 – Novas Normas e Interpretações ainda não adotadas

- a) Alteração ao IFRIC 14 e IAS 19 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (*funding*) e sua Interação
- b) Alteração ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros
- c) Alteração ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
- d) Alteração ao IAS 34 - Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários
- e) Alteração no IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações

Notas Explicativas

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia em suas informações trimestrais.

NOTA 4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes Informações Trimestrais da Companhia e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

I) Ativo Fiscal Diferido – o método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

II) Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia e de suas controladas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas empresas controladas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa de indenização

Notas Explicativas

contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor contábil residual existente ao final do prazo das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

III) Provisão para desmobilização de ativos - A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e remoção de toda a usina do local e à época esperada dos referidos custos.

IV) Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público - A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final os contratos de concessão, com direito de recebimento integral de indenização do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre a base de determinação do valor indenizável, havendo diferentes interpretações. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia baseada em parecer de consultor jurídico independente adotou a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos de geração que possuem cláusula de indenização prevista nos contratos e das operações de transmissão e distribuição de energia elétrica que foram classificadas no escopo da ICPC-01(IFRIC-12).

V) Obrigações atuariais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Informações Trimestrais podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas à época do julgamento efetuado.

VI) Vida útil dos bens do imobilizado

As controladas da Eletrobrás utilizam os critérios definidos na resolução ANEEL 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

NOTA 5 - CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
I - Caixa e Equivalente de Caixa:				
Caixa e Bancos	7.015	-	396.657	762.332
Aplicações Financeiras	5.190.755	5.598.702	8.540.640	8.457.837
	<u>5.197.770</u>	<u>5.598.702</u>	<u>8.937.297</u>	<u>9.220.169</u>
II - Caixa Restrito:				
CCC	1.563.688	1.287.256	1.563.688	1.287.255
Comercialização de EE de Itaipu	18.208	13.175	18.208	13.175
PROINFA	813.927	757.787	813.927	757.788
	<u>2.395.823</u>	<u>2.058.218</u>	<u>2.395.823</u>	<u>2.058.218</u>
	<u>7.593.593</u>	<u>7.656.920</u>	<u>11.333.120</u>	<u>11.278.387</u>

Notas Explicativas

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da SELIC.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas classificam os títulos como mantidos até o vencimento, com base nas estratégias da administração para esses ativos de longo prazo.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente.

Os títulos apresentados no ativo circulante são destinados a negociação.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
LFT	2.282.461	5.325.193	3.174.350	6.281.655
LTN	145.801	420.233	145.801	426.077
NTN	29.789	66.528	29.789	66.528
DI FUTURO	28	(187)	28	(187)
Outros	-	-	-	-
TOTAL	2.458.079	5.811.767	3.349.968	6.774.073
	-	-	-	-
NÃO CIRCULANTE				
CFT	258.556	248.950	258.556	248.950
FINAN	620	620	620	620
FINOR	3.216	2.945	3.216	2.945
NTN	162.082	155.106	165.478	158.403
Rendimentos em Parcerias	149.765	158.884	149.765	158.884
Partes Beneficiárias	200.263	194.761	200.263	194.761
Outros	483	484	51.116	5.342
TOTAL	774.985	761.750	829.014	769.905

Os títulos CFT-E1 e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais FINOR e FINAN, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização, e portanto, apresentados líquidos:

Notas Explicativas

O detalhamento dos títulos e valores mobiliário se dá como se segue:

CONTROLADORA					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	2.282.461	5.325.193
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	145.801	420.233
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	23.226	51.616
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	6.563	14.912
DI futuro	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	28	(187)
				<u>2.458.079</u>	<u>5.811.767</u>
NÃO CIRCULANTE					
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	258.556	248.950
FINAM	Banco da Amazônia	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	620	620
FINOR	Banco do Nordeste	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	3.216	2.945
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	21/03/18	TR	2	2
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	85.108	80.733
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	60.511	58.471
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	16.425	15.865
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	29	28
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	17/11/14	TR	-	-
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	28/12/14	TR	7	7
Rendimento de Parceria	Banco do Brasil	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	149.765	158.884
Partes Beneficiárias	Banco do Brasil	02/10/32	Pre-fixado	200.263	194.761
Outros	Banco do Brasil	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	483	484
				<u>774.985</u>	<u>761.750</u>

Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	3.174.350	6.281.655
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	145.801	426.077
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	23.226	51.616
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	6.563	14.912
DI futuro	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	28	(187)
Outros	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	-	-
				<u>3.349.968</u>	<u>6.774.073</u>

NÃO CIRCULANTE

Notas Explicativas

CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	258.556	248.950
FINAM	Banco da Amazônia	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	620	620
FINOR	Banco do Nordeste	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	3.216	2.945
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	21/03/18	TR	2	2
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	85.108	80.733
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	60.511	58.471
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	16.425	15.865
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	29	28
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	28/12/14	TR	7	7
Rendimento de Parceria	Banco do Brasil	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	149.765	158.884
Partes Beneficiárias	Banco do Brasil	02/10/32	Pre-fixado	200.263	194.761
NTN-P	Banco do Brasil	21/03/18	TR+6% aa	2	2
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/15	TR+6% aa	129	126
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/14	TR+6% aa	2	3
NTN-P 740100	Banco do Brasil	28/12/15	TR+6% aa	799	772
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/20	TR+6% aa	1	1
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/21	TR+6% aa	1	1
NTN-P 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR+6% aa	770	744
NTN-P 741806	Banco do Brasil	22/07/13	TR+6% aa	4	3
NTN-P 741806	Banco do Brasil	16/06/15	TR+6% aa	28	27
NTN-P	Banco do Brasil	09/07/12	TR+6% aa	365	358
NTN-P	Banco do Brasil	09/07/14	TR+6% aa	174	170
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/15	TR+6% aa	325	318
NTN-P 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR+6% aa	631	610
NTN-B 760199	Banco do Brasil	15/05/17	TR+6% aa	118	117
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/24	TR+6% aa	7	7
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/25	TR+6% aa	40	38
Outros				51.116	5.342
				<u>829.014</u>	<u>769.905</u>

a) CFT- E1 - Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada a partir de agosto de 2012. A controladora mantém provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 97.287 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 93.673), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais e apresentada como redutora do respectivo ativo.

b) NTN-P - Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.

Notas Explicativas

c) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias, correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
EATE	-	23.214
Tangará	107.577	96.782
Guascor	42.188	38.187
Outras	-	701
	<u>149.765</u>	<u>158.884</u>

d) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	<u>652.575</u>	<u>652.575</u>
Ajuste a valor presente	<u>(452.313)</u>	<u>(457.815)</u>
Valor justo	<u>200.262</u>	<u>194.760</u>

e) OUTROS - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do FINOR/FINAM destinados a projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 291.684 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 291.955), e apresentada como redutora do respectivo ativo.

A composição da carteira dos fundos exclusivos refere-se substancialmente a títulos públicos federais e está classificada no quadro acima conforme a sua natureza.

NOTA 7 - CONTAS A RECEBER

I - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA geraram um resultado líquido positivo no primeiro semestre de 2011 de R\$ 170.497 (31 de dezembro de 2010 - positivo em R\$ 97.787), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo esse valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

II - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Notas Explicativas

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada a incerteza de sua realização, a controlada Furnas mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

III - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

As Controladas constituem e mantém provisões com observância das normas da ANEEL a partir de análise dos valores constantes do contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pelas administrações das Controladas como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Consumidores e Revendedores		
Companhia Energética do Amapá	984.771	912.041
Créditos Renegociados	35.250	20.356
Outras	194.311	188.859
	<u>1.214.332</u>	<u>1.121.256</u>
Consumidores das Distribuidoras	<u>760.401</u>	<u>716.080</u>
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	<u>2.268.293</u>	<u>2.130.896</u>

As movimentações na PCLD de contas de consumidores e revendedores de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>2.130.896</u>
(+) Complemento	320.430
(-) Reversões	(183.033)
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>2.268.293</u>

Notas Explicativas

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como "Provisões Operacionais" (Nota 42). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

	CONSOLIDADO				
	30/06/2011			31/12/2010	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total
CIRCULANTE					
AES ELETROPAULO	110.057	-	-	110.057	117.182
AES SUL	14.950	-	-	14.950	28.064
AMPLA	44.919	-	-	44.919	42.731
ANDE	39.743	-	-	39.743	42.224
EBE	36.767	46	-	36.813	15.147
CEA	14.065	5.075	-	19.140	926.366
CEB	17.678	-	8	17.686	11.650
CEEE-D	32.772	-	41	32.813	37.890
CELESC	43.077	-	-	43.077	50.436
CELG	42.692	-	54.505	97.197	95.964
CELPA	43.601	8.625	6.196	58.422	47.125
CELPE	35.717	-	-	35.717	44.451
CEMAR	28.219	-	-	28.219	32.427
CEMIG	90.443	9.063	-	99.506	85.137
CESP	7.425	-	-	7.425	2.799
COELCE	42.758	-	-	42.758	31.451
COELBA	67.588	-	-	67.588	77.398
COPEL	104.686	-	-	104.686	101.704
CPFL	63.500	-	-	63.500	19.400
ELEKTRO	53.354	-	-	53.354	55.185
ENERSUL	12.699	-	-	12.699	14.587
ESCELSA	28.759	-	-	28.759	27.298
LIGHT	80.337	-	-	80.337	84.798
PIRATININGA	944	-	-	944	3.379
RGE	11.298	27	-	11.325	3.907
Comercialização CCEE	132.414	29.362	1.781	163.557	568.950
Uso da Rede Elétrica	273.971	9.522	33.273	316.766	468.639
PROINFA	-	-	355.985	355.985	428.629
Consumidores	443.123	209.915	360.014	1.013.052	951.441
(-) PCLD	-	-	(1.156.829)	(1.156.829)	(1.086.757)
Outros	641.586	10.351	659.671	1.311.608	1.051.115
	2.559.142	281.986	314.645	3.155.773	4.380.717
NÃO CIRCULANTE					
Celg	-	-	108.671	108.671	141.037
CEA	-	-	979.696	979.696	-
Poder público	82.631	50.972	352.247	485.850	454.334
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	667.638	667.638	672.678
Tesouro Nacional	-	-	549.826	549.826	552.248
(-) PCLD	-	-	(1.111.464)	(1.111.464)	(1.044.139)
Outros	-	-	404.184	404.184	329.347
	82.631	50.972	1.950.798	2.084.401	1.105.505
	2.641.773	332.958	2.265.442	5.240.173	5.486.221

V – Créditos Renegociados

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, prevêem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos, e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque:

a) Oriundos de energia elétrica repassada à CELG -

A Eletrobras renegociou, em 2003, os créditos decorrentes do repasse de energia da Itaipu Binacional à CELG, sub-rogados por Furnas à Eletrobras, no montante de R\$ 392.021. A repactuação prevê a realização desses créditos mediante transferência, efetuada diretamente pela instituição financeira arrecadadora da distribuidora, de 3,34% de seu faturamento bruto mensal. O parcelamento tem um prazo estimado para a sua quitação total de 216 meses, contados a partir de janeiro de 2004, e é corrigido pela variação do dólar norte-americano. O saldo em 30 de junho de 2011 corresponde a R\$ 46.442 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 80.604), sendo R\$ 3.947 registrada no ativo não circulante (31 de dezembro de 2010 - R\$ 35.247).

De forma semelhante, a controlada Furnas renegociou, em dezembro de 2003, o montante de R\$ 378.938, relativos a créditos de energia própria, sendo o prazo estimado de pagamento de 216 meses, corrigido mensalmente pelo IGP-M e juros de 1% a.m.. O pagamento mensal corresponde a 2,56% do faturamento bruto da CELG e está lastreado em garantia baseada em conta bancária vinculada, sendo o saldo da dívida, em 30 de junho de 2011, correspondente a R\$ 163.176 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 193.511), sendo R\$ 108.671 registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2010 R\$ 141.037).

b) Rolagem da dívida dos Estados

Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público, implementado pela Lei 8.727/93, a controlada Furnas firmou contrato de cessão de crédito com a União, para refinanciamento de dívidas da CELG existentes àquela época, relativas à compra de energia, a serem realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994. Os créditos são atualizados com base no IGP-M e remunerados a 11 % a.a., e montam R\$ 549.826 em 30 de junho de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 552.298).

A controlada Eletrosul, no âmbito do mesmo programa de saneamento financeiro, detém créditos junto à União atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., no montante de R\$ 667.638, em 30 de junho de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 672.678), sendo R\$ 529.548 no ativo não circulante (31 de dezembro de 2010 - R\$ 544.043), decorrentes da assunção de direitos que a controlada possuía junto às concessionárias estaduais de energia elétrica, os quais serão realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994.

A legislação vigente prevê que, vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a receber, o parcelamento poderá ser estendido por mais 10 anos. Essa hipótese é possível de ocorrer, uma vez que a União repassa somente os recursos efetivamente recebidos dos Estados que, por sua vez, estão limitados por lei a níveis de comprometimento de suas receitas.

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios, além dos recursos setoriais, de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, como, também, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,08% a.a..

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas em parte através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação.

I - Créditos junto à AES - Eletropaulo - Ação Judicial

Em 1989, a Companhia ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, objetivando receber créditos oriundos de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos, segundo critérios avençados nas cláusulas e condições estabelecidas.

Tramitado o feito, foi publicada sentença em abril de 1999, condenando a Eletropaulo ao pagamento da importância financiada e não adimplida. Posteriormente, foi confirmado o trânsito em julgado da sentença, significando dizer que a Eletropaulo não recorreu da decisão de primeiro grau. Conseqüentemente foi proposta a execução por título judicial pela Eletrobras perante a Quinta Vara cível do Rio de Janeiro determinando o pagamento.

Contudo, em janeiro de 1998, ocorreu a cisão parcial de ativos da Eletropaulo, originando três empresas distintas - EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. e EBE - Empresa Brasileira de Energia S.A., sendo que a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., teve a sua razão social alterada para Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A..

A Eletropaulo questionou a ilegitimidade por conta do Protocolo da Cisão Parcial, sendo indeferido e determinado o prosseguimento da execução. Em dezembro de 2003 foi interposto Recurso de Agravo de Instrumento pela Eletropaulo, com requerimento de efeito suspensivo contra a decisão que determinara o prosseguimento da execução, o qual foi concedido entendendo que a Eletropaulo não seria legítima para suportar a demanda executiva e sim a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (antiga EPTE), por força do referenciado protocolo.

Foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial pela Companhia discutindo o julgamento do Recurso da Eletropaulo, sendo provido no sentido de que a execução deveria prosseguir e que a defesa da Eletropaulo deveria ser atacada via embargos do devedor e não em exceção. Desta decisão a Eletropaulo manejou embargos de declaração, posteriormente Agravo Regimental e, finalmente, embargos de divergência cuja decisão final foi publicada em novembro de 2007 negando de toda sorte o citado Recurso da Eletropaulo. Após esgotar toda a possibilidade de êxito perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, a Eletropaulo apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF, sendo o mesmo negado seguimento de forma monocrática pelo Ministro, conforme decisão publicada no dia 28 de março de 2008.

Diante desse cenário, a Administração da Eletrobras dará continuidade ao processo de execução e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a realização do crédito como certa.

Notas Explicativas

Tais créditos atingem, em 30 de junho de 2011, o montante de R\$ 416.228 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 410.017), que representa a melhor estimativa do valor de realização da companhia no atual estágio do processo.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 282.322 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 228.477) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de empresas em inadimplência. Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	192.232
(+) Complemento	50.409
(-) Reversões	(14.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	228.477
(+) Complemento	54.786
(-) Reversões	(941)
Saldo em 30 de junho de 2011	282.322

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como "Provisões Operacionais" (Nota 42). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

Notas Explicativas

	30/06/2011							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Controladas e Controlada em Conjunto								
FURNAS	7,13	13.567	114.761	2.190.510	-	-	-	-
CHESF	7,17	853	24.796	125.119	-	-	-	-
ELETROSUL	6,86	4.343	47.660	744.569	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,45	18.594	248.752	3.546.022	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	8,99	2.837	69.561	734.236	-	-	-	-
CGTEE	3,57	1.567	125.529	750.264	-	-	-	-
CEAL	7,63	1.490	74.156	157.978	-	-	-	-
CERON	6,72	605	9.710	95.531	-	-	-	-
CEPISA	7,06	3.069	108.665	336.241	-	-	-	-
ELETROACRE	10,40	702	58.462	19.171	-	-	-	-
AMAZONAS	7,37	3.680	109.474	493.660	-	-	-	-
ITAIPU	7,09	-	869.590	9.347.415	7,09	-	434.795	4.673.708
		<u>51.307</u>	<u>1.861.116</u>	<u>18.540.716</u>		<u>-</u>	<u>434.795</u>	<u>4.673.708</u>
OUTRAS								
CEMIG	6,44	2.671	81.002	314.841	6,44	2.671	81.002	314.841
COPEL	7,40	1.779	48.452	236.431	7,40	1.779	48.452	236.431
CEEE	6,44	796	13.276	108.996	6,44	796	13.276	108.996
AES ELETROPAULO	10,38	305.426	108.840	2.262	10,38	305.426	108.840	2.262
TRACTBEL	12,00	313	-	-	12,00	313	-	-
CELPE	6,10	331	14.600	47.947	6,10	331	14.600	47.947
CEMAR	5,85	2.151	48.391	405.227	5,85	2.151	48.391	405.227
CESP	9,38	263	39.117	168.135	9,38	263	39.117	168.135
OUTRAS	6,36	137.456	408.297	1.547.421	6,36	137.471	411.375	1.568.147
(-) PCLD		(126.258)	(156.064)	-		(126.258)	(156.064)	-
		<u>324.928</u>	<u>605.911</u>	<u>2.831.260</u>		<u>324.943</u>	<u>608.989</u>	<u>2.851.986</u>
		<u>376.235</u>	<u>2.467.027</u>	<u>21.371.976</u>		<u>324.943</u>	<u>1.043.784</u>	<u>7.525.694</u>

Notas Explicativas

	31/12/2010							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Controladas e Controlada em Conjunto								
FURNAS	7,13	9.389	100.681	1.803.612	-	-	-	-
CHESF	7,17	44	24.454	131.747	-	-	-	-
ELETROSUL	6,86	4.147	42.613	733.562	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,45	12.591	237.971	3.568.778	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	8,99	7.351	52.823	546.904	-	-	-	-
CGTEE	3,57	1.284	85.666	834.738	-	-	-	-
CEAL	7,63	1.024	55.353	152.730	-	-	-	-
CERON	6,72	630	15.736	93.108	-	-	-	-
CEPISA	7,06	2.074	39.776	313.137	-	-	-	-
ELETROACRE	10,40	451	46.904	17.390	-	-	-	-
AMAZONAS	7,37	2.631	95.743	418.339	-	-	-	-
ITAIPU	7,09	-	897.087	10.446.168	7,09	-	448.544	5.223.084
		<u>41.615</u>	<u>1.694.809</u>	<u>19.060.212</u>		<u>-</u>	<u>448.544</u>	<u>5.223.084</u>
OUTRAS								
CEMIG	6,44	2.140	74.962	340.569	6,44	2.140	74.962	340.569
COPEL	7,40	1.882	47.497	258.771	7,40	1.882	47.497	258.771
CEEE	6,44	736	8.130	99.471	6,44	736	8.130	99.471
AES ELETROPAULO	10,38	299.218	108.840	2.639	10,38	299.218	108.840	2.639
TRACTBEL	12,00	-	10.796	-	12,00	-	10.796	-
CELPE	6,10	1.070	16.976	53.350	6,10	1.070	16.976	53.350
CEMAR	5,85	1.654	48.214	367.187	5,85	1.654	48.214	367.187
CESP	9,38	958	33.406	185.709	9,38	958	33.406	185.709
OUTRAS	6,36	120.849	358.851	1.752.129	6,36	120.881	361.830	1.769.390
(-) PCLD		<u>(101.123)</u>	<u>(127.341)</u>	<u>(2.254)</u>		<u>(101.124)</u>	<u>(127.341)</u>	<u>-</u>
		<u>327.384</u>	<u>580.331</u>	<u>3.057.571</u>		<u>327.415</u>	<u>583.310</u>	<u>3.077.087</u>
		<u>368.999</u>	<u>2.275.140</u>	<u>22.117.783</u>		<u>327.415</u>	<u>1.031.854</u>	<u>8.300.171</u>

A parcela do longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
Controladora	731.367	1.324.465	1.553.076	1.154.805	977.085	15.631.177	21.371.976
Consolidado	257.536	466.383	546.883	406.641	344.060	5.504.192	7.525.694

NOTA 9- REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Eletrobras.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Furnas	71.853	17.846	-	-
Chesf	1.276.273	429.325	-	-
Eletrosul	77.637	19.282	-	-
Eletropar	59	2.277	-	-
CGTEE	33.178	8.240	-	-
Itaipu	-	417	-	-
CTEEP	103.030	114.061	103.030	114.061
Outros	101.059	92.625	106.870	64.543
	<u>1.663.089</u>	<u>684.073</u>	<u>209.900</u>	<u>178.604</u>

NOTA 10 - IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Os tributos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas de realização e assim representados:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	503.548	745.504	541.246	815.873
Antecipações de IRPJ e CSLL	1.240.946	603.622	1.535.780	644.740
PASEP/COFINS compensáveis	29.654	21.007	268.022	236.835
ICMS a recuperar	-	-	16.973	21.683
Outros	-	-	109.549	106.774
	<u>1.774.148</u>	<u>1.370.133</u>	<u>2.471.570</u>	<u>1.825.905</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	-	-	-	-
IR e CS diferidos sobre IFRS (líquido)	-	-	577.809	-
Créditos tributários	-	-	-	-
ICMS a recuperar	-	-	989.070	1.124.202
PIS/COFINS a recuperar	-	-	413.522	401.439
Ativos Fiscais Diferidos Líquidos	1.582.550	1.835.272	2.318.331	2.813.041
	<u>1.582.550</u>	<u>1.835.272</u>	<u>4.298.732</u>	<u>4.338.682</u>
	<u>3.356.698</u>	<u>3.205.405</u>	<u>6.770.302</u>	<u>6.164.587</u>

I – Ativos Fiscais Diferidos

Os Ativos Fiscais Diferidos têm seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem. Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de

Notas Explicativas

tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativos Fiscais Diferidos				
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	-	-	412.178	666.175
Variação Cambial Passiva	592.224	805.859	592.224	805.859
Provisão de JCP	-	126.057	-	126.057
Provisão para Contingências	435.133	526.371	668.240	752.841
PCLD	106.186	-	(380.056)	200.616
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	132.250	131.114	131.747	131.114
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT	316.757	245.871	315.922	245.070
Outros	-	-	578.076	(114.691)
Composição Outros	1.582.550	1.835.272	2.318.331	2.813.041

II – ICMS, PIS/PASEP E COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível

Através da Resolução Normativa 303/2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído a CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

O Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/ANEEL regula a devolução à Conta de Consumo de Combustível - CCC dos valores equivalentes aos créditos de PIS/PASEP e COFINS tomados sobre o combustível adquirido para geração de energia elétrica no regime da não cumulatividade, no período de 2004 a 2008.

A administração da controlada Amazonas Energia entendia, até o exercício de 2007, que o combustível comprado para fins de geração de energia elétrica, subsidiado pela CCC, não dava direito a créditos na apuração do PIS/PASEP e da COFINS e assim procedia. Diante dos novos fatos, a administração da controlada, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou, em 2008, o crédito tributário das aquisições de óleo efetuadas pela empresa no período determinado pela ANEEL, apurando um crédito tributário de R\$ 498.171.

A utilização dos créditos fiscais reconhecidos é condicionada a operações futuras que originem débitos fato esse que, na opinião da administração da controlada, ocorrerá na hipótese prevista de substituição do óleo combustível pelo gás natural, como insumo na geração de energia elétrica e a entrada da região de Manaus no Sistema Interligado Nacional – SIN. A Lei 12.111/09 estabelece mecanismos que possibilitam que a conta de impostos a recuperar decorrente de compra de combustível deixe de acumular créditos e passe a ser realizado nas operações de distribuição em um prazo estimado de aproximadamente 4 anos. Em 2010, o montante de R\$ 267.490, corresponde à créditos relativos aos anos de 2006, 2007 e 2008 que, em razão da previsão de utilizá-los, foram julgados como não sendo passíveis de recuperabilidade e desta forma ficaram sujeitos a *impairment*, reconhecido em atendimento ao CPC 01.

III – Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

Notas Explicativas

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas Demonstrações Contábeis, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 11 - DIREITO DE RESSARCIMENTO

I - Reembolso da CCC-Isol

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção dos sistemas isolados. A subvenção CCC que outrora subsidiava somente os custos com combustíveis passou a reembolsar o montante igual à diferença entre o custo total de energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos a:

- a) contratação de energia e de potência associada;
- b) geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;
- c) encargos e impostos; e
- d) investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

NOTA 12 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

Notas Explicativas

NÃO CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Estoque de Combustível Nuclear		
Concentrado de urânio	99.064	65.179
Elementos prontos	241.346	392.133
Material de almoxarifado	288.295	275.599
Em curso - combustível nuclear	179.413	66.645
	<u>808.118</u>	<u>799.556</u>

NOTA 13 - ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A Companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Controladas				
Eletrosul	1.291.767	735.905	-	-
Eletronorte	835.829	631.793	-	-
Eletronuclear	3.311.226	3.309.744	-	-
Cgtee	380.652	324.000	-	-
Ceal	85.249	7.485	-	-
Ceron	72.785	72.671	-	-
Cepisa	188.006	183.953	-	-
Eletroacre	254.841	218.925	-	-
Amazonas	60.436	57.267	-	-
	<u>6.480.791</u>	<u>5.541.743</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos	7.141	7.141	95.988	7.141
	<u>6.487.932</u>	<u>5.548.884</u>	<u>95.988</u>	<u>7.141</u>

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas				
Chesf	16.422.641	17.138.688	-	-
Eletronorte	10.312.418	10.255.947	-	-

Notas Explicativas

Eletrosul	2.645.493	2.629.792	-	-
Furnas	13.214.514	13.273.623	-	-
CGTEE	408.792	353.907	-	-
Eletronuclear	3.134.572	2.940.641	-	-
Eletropar	159.466	172.418	-	-
Itaipu	78.055	83.310	-	-
Distribuidora Rondônia	191.673	272.772	-	-
Distribuidora Alagoas	241.059	274.006	-	-
Amazonas Energia	-	372.012	-	-
Mangue Seco II	12.660	3.318	-	-
CHC	10.626	8.139	-	-
Norte Energia	174.696	24.779	-	-
IGESA	8.024	8.491	-	-
	<u>47.014.689</u>	<u>47.811.843</u>	-	-

b) Coligadas

Celpe	278.453	305.304	278.453	305.304
CEEE-GT	657.499	627.300	657.499	627.300
Cemat	500.437	480.650	500.437	480.650
Emae	325.983	317.116	337.847	328.656
CTEEP	1.587.820	1.616.274	1.603.300	1.632.607
Cemar	296.703	302.263	296.703	302.263
Lajeado Energia	524.208	539.588	524.208	539.588
Ceb Lajeado	68.949	72.907	68.949	72.907
Paulista Lajeado	26.914	26.900	26.914	26.900
CEEE-D	388.350	377.518	388.350	377.518
Retiro Baixo	-	-	58	-
Transenergia Renovável S A	-	-	51.357	-
Madeira Energia S A	-	-	60	-
Brasventos Eolo	-	-	-	2.232
Rei Dos Ventos 3	-	-	-	2.196
Brasventos Miassaba 3	-	-	3.012	3.335
Baguari	-	-	2.562	82.172
Águas da Pedra	-	-	138.774	125.089
Chapecoense	-	-	-	57
Amapari	-	-	42.832	27.997
Outros	-	-	50	25
	<u>4.655.316</u>	<u>4.665.820</u>	<u>4.921.365</u>	<u>4.936.796</u>
SUBTOTAL	<u>51.670.005</u>	<u>52.477.663</u>	<u>4.921.365</u>	<u>4.936.796</u>

Mantidos a Valor Justo

Cellesc	169.776	165.711	169.776	165.711
Cesp	190.713	161.439	190.713	161.439
Coelce	173.711	153.430	173.711	153.430
AES Tietê	764.496	725.821	764.496	725.821
EEVP	18.549	17.657	18.549	17.657

Notas Explicativas

Energisa(Saelpa + CELB)	86.973	68.966	86.973	68.966
CELG	436	322	436	322
CELPE	53.072	51.321	53.072	51.321
COPEL	58.169	58.169	58.169	58.169
AES Eletropaulo	-	-	70.959	67.291
Energias do Brasil	-	-	18.620	19.170
CPFL Energia	-	-	37.990	35.094
Guascor	3.300	3.300	3.300	3.300
EATE	-	5.344	-	5.344
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
CDSA	11.801	11.801	11.801	11.801
CEA	20	20	20	20
CEB	3.528	3.528	3.528	3.528
CER	102	102	102	102
Outros	6.414	6.575	112.344	114.555
	<u>1.562.800</u>	<u>1.455.244</u>	<u>1.796.297</u>	<u>1.684.779</u>
SUBTOTAL	<u>53.232.806</u>	<u>53.932.907</u>	<u>6.717.662</u>	<u>6.621.575</u>
Provisão para perdas em investimentos	(1.936.321)	(1.896.927)	(1.936.321)	(1.896.927)
TOTAL	<u>51.296.485</u>	<u>52.035.980</u>	<u>4.781.341</u>	<u>4.724.647</u>

Notas Explicativas



	Saldo em 31/12/2010	Aquisição de capital	Integralização de capital	Equivalência	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste em patrimônio líquido	Dividendos	Juros so capita própri
Controladas e coligadas								
Chesf	17.138.688	-	-	781.245	(42.390)	509	(1.455.409)	
Eletronorte	10.255.947	-	-	156.542	-	-	(100.071)	
Eletrosul	2.629.792	-	-	75.274	(1.758)	31	(57.846)	
Furnas	13.273.623	-	-	33.098	(38.671)	-	(53.536)	
CGTEE	353.907	-	-	79.606	-	-	(24.721)	
Eletronuclear	2.940.641	-	-	222.815	-	-	(28.884)	
Eletropar	172.418	-	-	12.932	(19.053)	-	(6.832)	
Itaipu	83.310	-	-	-	(5.255)	-	-	
Distribuidora Rondônia	272.772	-	-	(71.970)	-	(9.129)	-	
Ditribuidora Alagoas	274.006	-	-	(33.769)	-	822	-	
Amazonas Energia	372.012	-	-	(339.252)	-	(32.760)	-	
Mangue Seco II	3.318	-	8.640	(620)	-	1.323	-	
CHC	8.139	-	2.766	(503)	224	-	-	
Norte Energia	24.779	-	147.000	1.064	1.853	-	-	
IGESA	8.491	-	262	(862)	132	-	-	
Celpa	305.304	-	-	(26.851)	-	-	-	
CEEE-GT	627.300	-	-	30.199	-	-	-	
Cemat	480.650	-	-	22.242	-	(2.454)	-	
EMAE	317.116	-	-	8.867	-	-	-	
CTEEP	1.616.274	-	-	143.929	-	-	(126.636)	(45.000)
Cemar	302.263	-	-	40.650	-	2.343	(48.553)	
Lajeado Energia	539.588	-	-	27.435	-	-	(42.816)	
CEB lajeado	72.907	-	-	5.027	-	-	(8.985)	
Paulista Lajeado	26.900	-	-	3.533	-	-	(3.519)	
CEEE-D	377.518	-	-	10.832	-	-	-	
	52.477.661	-	158.668	1.181.463	(104.918)	(39.315)	(1.957.808)	(45.000)

AES TIETE	764.496	88,94%	679.915
COELGE	178.711	41,02%	71.253
DUKE(CGEEP)	18.549	63,25%	11.733
Notas Explicativas	500.437	86,66%	433.660
CEB	3.528	50,00%	1.764
CELPA	278.453	5,31%	14.776
CELPE	53.072	70,32%	37.319
CELESC	169.776	15,24%	25.875
CEEE-GT	657.499	10,08%	66.286
CEMAR	296.703	31,10%	92.264
SUBTOTAL	5.020.740		3.500.885
Outros Investimentos	46.275.745		-
TOTAL	51.296.485	6,82%	3.500.885

NOTA 15 - IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado apresentados abaixo referem-se substancialmente a infraestrutura do segmento de geração de energia:

	CONTROLADORA		
	30/06/2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço			
Geração	13.268	(1.613)	11.654
Administração	138.336	(39.655)	98.682
	151.604	(41.268)	110.336
Em curso			
Geração			-
Administração	1.679	-	1.679
	1.679	-	1.679
	153.283	(41.268)	112.015

Administração	315.170	-	-	314.983
Comercialização	7.941	-	-	7.941
	<u>9.486.512</u>	<u>-</u>	<u>(187)</u>	<u>9.486.325</u>
	<u>74.533.706</u>	<u>(25.264.733)</u>	<u>(389.060)</u>	<u>48.879.912</u>

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia não podem ser vendidos nem dados em garantias.

b) Movimentação do Imobilizado

	CONSOLIDADO						
	31/12/2010	30/06/2011					
Saldo final	Adições	Transferencia curso/serviço	Baixa	Depreciação	Imobilizações	Saldo final	
Consolidado							
Geração							
Em serviço	55.978.209	23.851	1.561.657	(8.014)	-	34.184	57.589.887
Depreciação acumulada	(23.540.635)	(128.354)	(2.808)	6.266	(540.949)	-	(24.206.480)
Em curso	11.840.168	3.115.587	(1.537.923)	(113.272)	-	(34.184)	13.270.376
Arrendamento Mercantil	1.398.466	-	-	-	(209.770)	-	1.188.696
Total	45.676.208	3.011.084	20.926	(115.020)	(750.719)	-	47.842.479
Administração							
Em serviço	1.869.450	21.452	12.693	(5.995)	(2.264)	33.350	1.928.686
Depreciação acumulada	(946.648)	(8.171)	211	3.418	(39.370)	-	(990.560)
Obrigações Especiais	(33.734)	12	-	(418)	1.344	-	(32.796)
Em curso	273.854	65.646	(16.102)	-	-	(32.364)	291.034
Total	1.162.922	78.939	(3.198)	(2.995)	(40.290)	986	1.196.364
Comercialização							
Em serviço	385.915	-	2.727	(479)	-	93	388.256
Depreciação acumulada	(61.009)	-	(1)	439	(2.356)	-	(62.927)
Em curso	21.826	637	(2.850)	(122)	-	-	19.491
	<u>346.732</u>	<u>637</u>	<u>(124)</u>	<u>(162)</u>	<u>(2.356)</u>	<u>93</u>	<u>344.820</u>
Obrigações Especiais	(92.349)	-	-	-	1.118	-	(91.231)



Notas Explicativas

Provisão p/ Ajustes Vlr recuperação Ativos	(135.138)	-	-	-	-	-	(135.138)
Reversão da Provisão	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação dos Ativos da provisão	-	-	-	-	-	-	-
Reintegração Acumulada	(10.693)	(2.917)	-	-	-	-	(13.610)
Total	(238.180)	(2.917)	-	-	1.118	-	(239.979)
Obrigações Esp. Vinc. A concessão	(265.184)	1.412	-	-	-	-	(263.772)
TOTAL	46.682.498	3.089.155	17.604	(118.177)	(792.247)	1.079	48.879.912
Saldo de Investidas	-	-	-	-	-	-	-
Total Consolidado	46.682.498	3.089.155	17.604	(118.177)	(792.247)	1.079	48.879.912

No segundo trimestre de 2011, a controlada Furnas registrou o valor de R\$ 409.000 mil a título de complemento de impairment dos empreendimentos em curso, sendo R\$ 248.000 da UHE Batalha e R\$ 161.000 mil da UHE Simplício.

NOTA 16 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R\$ 25.995.598 refere-se ao ativo financeiro a receber pelas empresas do Sistema Eletrobras no âmbito das concessões de distribuição de eletricidade, decorrente da aplicação do modelo misto, e no âmbito da concessão de transporte de eletricidade no Brasil, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

	30/06/2011	31/12/2010
Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida - Circulante	1.062.347	726.507
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida - Não Circulante	6.136.142	6.718.361
Ativo Financeiro Indenizável - Concessões	14.300.160	15.935.225
Distribuição		
Ativo Financeiro Indenizável - Concessões	2.528.822	2.342.039
Ativo Financeiro – Circulante	1.062.347	726.507
Ativo Financeiro – Não Circulante	25.493.946	24.995.625
Total do ativo financeiro	26.556.293	25.722.132

NOTA 17 – ATIVO FINANCEIRO – ITAIPU

Considerando o empreendimento ITAIPU como um fluxo de caixa, foi constituído um ativo financeiro conforme abaixo;

Notas Explicativas

Controladora e Consolidado

	30/06/2011	31/12/2010
Contas a Receber	1.947.333	1.850.802
Direito de Ressarcimento	160.076	290.704
Fornecedores de Energia - Itaipu	(519.725)	(588.983)
Obrigações de ressarcimento	(697.815)	(555.508)
Total ativo circulante	889.869	997.015
Contas a Receber	3.761	35.715
Direito de Ressarcimento	3.238.905	1.910.996
Obrigações de ressarcimento	(1.901.885)	(1.122.137)
	1.340.781	824.574
Imobilizado Itaipu		
Geração		
Em serviço	12.790.246	13.650.931
Em curso	149.064	420.050
	12.939.310	14.070.981
Administração		
Em serviço	676.088	718.508
Em curso	36.048	34.024
	712.136	752.532
Total ativo não circulante	14.992.227	15.648.087
Total do ativo financeiro de Itaipu consolidado	15.882.096	16.645.102

Os efeitos da constituição do ativo financeiro de Itaipu estão listados acima.

Detalhamos a seguir as rubricas mais importantes:

I - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado, ainda, o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, com o objetivo de regulamentar a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o

Notas Explicativas

diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2010, encontra-se incluído o montante equivalente a US\$ 214,989, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças aos consumidores, homologado pela portaria MME/MF 398/2008, sendo tal valor garantido de realização.

O saldo decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R\$ 3.238.905 em 30 de junho de 2011, equivalentes a US\$ 2,074,758 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 1,910,996, equivalentes a US\$ 1,146,919), dos quais R\$ 1.901.885 mil, equivalente a US\$ 1,218,297 mil, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023 representado em obrigações de ressarcimento. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023, não condicionado a eventos futuros.

II - Comercialização de energia elétrica - Itaipu Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no primeiro semestre de 2011 o equivalente a 34.310 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US\$ 22,60/kW e a tarifa de repasse (venda), US\$ 24,88/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

- a) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.
- b) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado positivo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No primeiro semestre de 2011, a atividade foi superavitária em R\$ 127.973 sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica “Obrigação de Ressarcimento”.

Notas Explicativas

NOTA 18 - ATIVO INTANGÍVEL - CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	31/12/2010			30/06/2011		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Saldo final
Distribuição						
Vinculados à Concessão						
Em serviço	2.170.618	11.976	(58.347)	-	14.956	2.139.203
Amortização acumulada	(594.534)	(14.906)	(1.539)	(67.192)	-	(678.171)
Obrigações especiais	(215.602)	-	2.382	8.358	(7.709)	(212.571)
Impairment	-	(75)	-	-	(1.335)	(1.410)
Em curso	171.904	61.910	-	(23)	(36.038)	197.753
Obrigações especiais	(88.680)	(19.352)	-	-	7.025	(101.007)
Impairment	(6.307)	-	1.051	-	-	(5.256)
	<u>1.437.399</u>	<u>39.553</u>	<u>(56.453)</u>	<u>(58.857)</u>	<u>(23.101)</u>	<u>1.338.541</u>
Não Vinculados à Concessão (Outros)						
Geração						
Em serviço	826.573	2.578	(612)	(3.226)	9.316	834.629
Amortização acumulada	-	(2.839)	-	(827)	(600)	(4.266)
Em curso	-	17.838	(2.171)	(33.733)	27.022	8.956
	<u>826.573</u>	<u>17.577</u>	<u>(2.783)</u>	<u>(37.786)</u>	<u>35.738</u>	<u>839.319</u>
Administração						
Em serviço	-	222	-	(55)	351	518
Amortização acumulada	-	(512)	(1)	(12.656)	2	(13.167)
Em curso	-	6.752	(1.005)	-	(165)	5.584
	<u>-</u>	<u>6.461</u>	<u>(1.006)</u>	<u>(12.711)</u>	<u>188</u>	<u>(7.065)</u>
	<u>826.573</u>	<u>24.038</u>	<u>(3.789)</u>	<u>(50.497)</u>	<u>35.926</u>	<u>832.254</u>
Total do Intangível	<u>2.263.972</u>	<u>63.591</u>	<u>(60.242)</u>	<u>(109.354)</u>	<u>12.825</u>	<u>2.170.795</u>

NOTA 19 - FORNECEDORES

Inclui, principalmente, a energia comprada de Itaipu Binacional, e tem a seguinte composição:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	51.206	102.260	2.399.845	1.314.871
Energia Comprada para Revenda	200.896	263.705	2.294.377	3.850.379
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	-	515
	<u>252.102</u>	<u>365.965</u>	<u>4.694.222</u>	<u>5.165.765</u>

Notas Explicativas

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	44.592	39.362
Adiantamentos de clientes - PROINFA	298.996	302.100	298.996	302.100
	<u>298.996</u>	<u>302.100</u>	<u>343.588</u>	<u>341.462</u>
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	902.349	928.653
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>902.349</u>	<u>928.653</u>
TOTAL	<u>298.996</u>	<u>302.100</u>	<u>1.245.937</u>	<u>1.270.115</u>

I - ALBRÁS

A controlada Eletronorte venceu o leilão de compra de energia elétrica realizado pela ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço compatível com a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (vide Nota 46).

Com base nestas condições, a ALBRÁS, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

A operação ocorreu da seguinte forma:

Adiantamentos Recebidos	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
2004	300.000	300.000
2005	500.000	500.000
2006	250.000	250.000
2007	150.000	150.000
Total	<u>1.200.000</u>	<u>1.200.000</u>
Amortizações	(241.544)	(220.854)
Ganhos	(12.009)	(10.493)
Total do passivo	<u>946.447</u>	<u>968.653</u>

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base em novas fontes.

O Programa assegura à Companhia a compra da energia elétrica a ser produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, que será repassada às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor anual da quota de custeio correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

Adicionalmente, para fazer face às necessidades de pagamentos aos empreendedores de geração do PROINFA, no primeiro ano de funcionamento do Programa as concessionárias de distribuição e de transmissão, além das quotas relativas ao exercício corrente, anteciparam o pagamento de um duodécimo da quota anual, considerando a contratação plena de todos os empreendimentos inseridos no PROINFA.

Cabe ainda destacar que as operações relativas ao PROINFA não geram para a Companhia ganhos ou perdas de natureza econômica.

NOTA 21 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos, incluindo encargos, cujos recursos são destinados ao programa de investimentos do Sistema Eletrobras.

I - Contratos obtidos pela Eletrobras:

a) A Companhia possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, BIRD, KFW e EXIMBANK/JBIC, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo;

Nos contratos tipo A/B Loan, de empréstimo sindicalizado entre a CAF e bancos comerciais, a Companhia possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais mencionamos: existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos. No ano de 2010, foi assinado novo contrato com a CAF no valor de US\$500.000, destinado a compor o fundo de financiamento às Controladas.

Ainda, de acordo com as práticas de mercado há dois contratos de financiamento coordenados pelo BNP e CDB.

Em 2009 foi concluída a operação de emissão de bônus no valor de US\$1,000,000.

Os títulos foram emitidos com prazo de 10 anos, com vencimento em 30 de julho de 2019, com resgate total na data do vencimento e com cupom de juros semestrais à taxa de 6,875% a.a., possibilitando um “yield”, para os investidores que compraram os referidos bônus na data do lançamento, de 7,0% a.a. O preço de emissão foi de 99,112% do valor de face, cujo 60% das ofertas foram originadas dos Estados Unidos, 30% na Europa e 10% na Ásia.

Os recursos obtidos nesta operação junto ao mercado internacional compõem o fundo de financiamento às controladas, visando assegurar o cumprimento do programa de investimentos do Sistema Eletrobras.

Além dos empréstimos, financiamentos e bônus existentes atualmente no passivo da Companhia, há ainda um contrato de assunção de dívidas da CEEE.

Estão sendo desenvolvidas negociações com outras entidades multilaterais, tais como Banco Europeu de Investimentos e Agência Francesa de Desenvolvimento, com vistas à obtenção de novas linhas de financiamento. Está sendo considerada ainda a emissão de novos bônus no ano de 2011.

Em fase mais avançada se encontram as contratações de crédito a serem firmadas com o KFW, a ser repassado à controlada Eletrosul, e com o BIRD.

Não há no passivo da Companhia contratos com cláusulas de índices financeiros.

B) Reserva Global De Reversão

O Governo Federal criou um fundo para cobertura de gastos com indenizações de reversões de concessões do serviço público de energia elétrica. Os recursos que compõe o fundo não fazem parte destas demonstrações contábeis e, enquanto não utilizados para os fins a que se destinam, são utilizados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal, por intermédio da Eletrobras.

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada reversão e encampação de serviços de energia elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço daquelas entidades (vide Nota 31), e não se constituem em receita ou ativo da Eletrobras.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais de RGR, em duodécimos, em conta bancária vinculada, administrada pela Eletrobras, que movimentada a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, não refletidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Eletrobras.

Contudo, a Eletrobras toma recursos junto à RGR para aplicação em projetos específicos de investimento, por ela financiados, em especial:

- a) I - expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;
- b) II - incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;
- c) III - estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;

Notas Explicativas

- d) IV - implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;
- e) V - iluminação pública eficiente;
- f) VI - conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;
- g) VII - universalização de acesso à energia elétrica;

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% a.a., sem nenhum tipo de indenização. Em 30 de junho de 2011, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, utilizados em diversos investimentos totaliza R\$ 8.340.768 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 8.159.038), e estão incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

C) BNDES

As subsidiárias da Eletrobras recorrem a financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de investir em seus sistemas de geração transmissão e distribuição.

Notas Explicativas



30/06/2011					
CONTROLADORA					
ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE	
Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	
Moeda Estrangeira					
Instituições financeiras					
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID					
4,16%	2.126	29.046	174.276	4,16%	
Corporación Andino de Fomento - CAF					
2,29%	9.745	24.115	1.801.269	2,29%	
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW					
3,86%	47	21.526	41.274	3,86%	
Dresdner Bank					
6,25%	51	21.777	10.889	6,25%	
Eximbank					
2,15%	1.388	42.563	255.371	2,15%	
BNP Paribas					
1,48%	215	54.063	536.115	1,48%	
Outras					
	148	1.577	9.702		
	<u>13.720</u>	<u>194.667</u>	<u>2.828.896</u>		
Bônus					
Bônus - Dresdner Bank					
7,75%	3.572	-	468.330	7,75%	
Credit Suisse					
6,87%	51.450	-	1.561.100	6,87%	
	<u>55.022</u>	<u>-</u>	<u>2.029.430</u>		
Outros					
Tesouro Nacional - ITAIPU					
	-	-	-		
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		
	<u>68.742</u>	<u>194.667</u>	<u>4.858.326</u>		
Moeda Nacional					
Reserva Global de Reversão					
	-	-	8.340.768		
Outras Instituições Financeiras					
	-	-	-		
BNDES					
	-	-	-		
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.340.768</u>		
	<u>68.742</u>	<u>194.667</u>	<u>13.199.094</u>		



Notas Explicativas

	31/12/2010				
	CONTROLADORA				ENCARGOS CIRCULANTE
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		
	Tx. Média	Valor	NÃO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
					Tx. Média
Moeda Estrangeira					
Instituições financeiras					
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,16%	2.202	31.001	201.509	4,16%
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,29%	9.886	25.634	1.935.355	2,29%
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KFW	3,86%	70	21.158	43.556	3,86%
Dresdner Bank	6,25%	88	21.405	21.406	6,25%
Eximbank	2,15%	1.591	44.999	292.490	2,15%
BNP Paribas	1,48%	338	57.703	601.060	1,48%
Outras		175	1.684	9.344	
		14.350	203.584	3.104.720	
Bônus					
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	3.812	-	499.860	7,75%
CREDIT SUISSE	6,87%	54.162	-	1.666.200	6,87%
		57.974	-	2.166.060	
Outros					
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-	
		-	-	-	
		72.324	203.584	5.270.780	
Moeda Nacional					
Reserva Global de Reversão		-	-	8.159.038	
BNDES		-	-	-	
Outras Instituições Financeiras		-	-	-	
		-	-	8.159.038	
		72.324	203.584	13.429.818	



Notas Explicativas

a) As dívidas são garantidas pela União e/ ou pela Eletrobras.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos corresponde na controladora a R\$ 5.121.735 mil, equivalente a U\$ 3.280.850 mil e no consolidado a R\$ 12.898.776 mil, equivalente a US\$ 8.262.620 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
Controladora	92%	2%	6%
Consolidado	97%	1%	2%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média no 1º trimestre de 2011, foi de 4,35% e 2010 foi de 4,19%.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
Controladora	133.391	245.550	281.981	516.520	203.069	7.074.485	8.454.996
Consolidado	316.257	582.175	668.551	1.224.620	481.458	16.772.932	20.045.993

Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	127.032	416.322
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	4.079.593	4.094.074

Notas Explicativas

Ajuste a valor presente	(2.182.605)	(2.279.042)
Valor presente dos pagamentos	1.896.988	1.815.032
Menos de um ano	125.727	120.485
Mais de um ano e menos de cinco anos	628.633	602.315
Mais de cinco anos	1.142.628	1.092.232

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

III – GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros abaixo.

UHE Simplício	BNDES	100,00%	1.391.810	6.511	887.741	822.560	-
UHE Santo Antônio	BNDES /Bancos Repassadores/ FNO	39,00%	3.478.782	(739.065)	2.848.008	3.082.029	-
UHE Foz do Chapecó	BNDES	40,00%	1.164.768	99.679	717.886	668.175	-
UHE Baguari	BNDES	30,62%	86.380	455.333	51.560	47.263	-
UHE Serra do Facão	BNDES	49,50%	-	-	-	-	-
UHE Batalha	BNDES	100,00%	212.813	370.831	208.698	192.691	-
SPE IE Madeira (*)	BNDES/Bancos Repassadores	24,50%	86.802	-	-	-	-
SPE IE Madeira (*)	Citi/HSBC	24,50%	-	-	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	BNDES	49,00%	6.554	476.707	11.946	10.793	-
SPE Goiás Transmissão(***)	Banco do Brasil	49,00%	-	-	-	-	-
SPE MGE (***)	Banco do Brasil	49,00%	-	-	-	-	-
UHE Passo de São João	BNDES	100,00%	280.286	389.833	177.913	164.850	-
ESBR - UHE Jirau	BNDES	20,00%	1.604.760	(288.187)	1.660.531	1.600.332	-
UHE Mauá	BNDES/Bancos Repassadores	49,00%	489.131	298.143	344.907	322.102	-
Sistema de Transmissão RS Energia	BNDES/Bancos Repassadores	100,00%	180.490	427.027	100.679	89.365	-
Sistema de Transmissão SC Energia	BNDES/Bancos Repassadores	100,00%	285.620	397.166	150.327	128.576	-
Eólicas Cerro Chato I, II e III (**)	BNDES	90,00%	120.646	382.722	190.604	165.469	-
SPE Norte Transmissora de Energia	BNDES	24,50%	19.691	483.261	-	-	-
ESBR - Equipamentos Importados(*)	Bradesco	20,00%	100.498	451.651	27.051	7.232	-
UHE São Domingos	BNDES	100,00%	-	-	-	-	-
SPE Porto Velho Transmissora de	BNDES	100,00%	-	-	-	-	-
Angra 3	BNDES	100%	679.046	(195.785)	3.403.542	5.036.976	1.109.280
Mangue Seco 2	BNB	49%	16.748	-	-	-	-
Belo Monte - Fiel Cumprimento (*)	ANEEL	15%	219.681	420.495	109.841	109.841	109.841
Mangue Seco 2	BNB	49%	-	-	-	-	-
Mangue Seco 3	BNB	49%	-	-	-	-	-
Total			13.415.964	7.024.500	13.004.481	14.375.328	1.219.120

A Companhia provisionou na rubrica provisões no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Eletrobras e já liberados pelos bancos financiadores. O valor justo é calculado com base em 1% do total liberado até 30 de junho de 2011, conforme demonstrado abaixo:


Notas Explicativas

	Valor Provisionado
Garantia devida em 31/12/2009	80.429
Movimentação em 2010	(653)
Garantia devida em 31/12/2010	79.776
Movimentação em 2011	19.133
Garantia devida em 30/06/2011	98.909

NOTA 22 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Eletrobras.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 30 de junho de 2011, a R\$ 162.107 (31 de dezembro de 2010, a R\$ 157.616), dos quais R\$ 146.487 no não circulante (31 de dezembro de 2010 - R\$ 141.425).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Eletrobras esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Eletrobras. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que “as obrigações emitidas pela Eletrobras em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários”.


Notas Explicativas

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Eletrobras em suas Demonstrações Contábeis, no que se refere às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais (vide Nota 27) pleiteando o resgate desses títulos.

Além disso, a inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA	
	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	15.620	16.191
NÃO CIRCULANTE		
Créditos Arrecadados	146.487	141.425
	<u>162.107</u>	<u>157.616</u>

NOTA 23 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobras administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

Ressalte-se que a Lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009, traz uma reforma profunda nas premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia imediata, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o Sistema Interligado Nacional - (SIN), a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

O objetivo da Lei 12.111/2009 é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração

Notas Explicativas

própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E OUTROS TRIBUTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Imposto de Renda	-	-	430.488	400.167
Contribuição Social	-	-	202.987	252.752
PASEP e COFINS	6.423	83	184.816	153.256
ICMS	-	-	113.498	70.267
PAES	-	-	885.350	930.552
Outros	124.523	76.597	617.039	513.327
Total	130.946	76.680	2.434.178	2.320.321
Passivo circulante	130.946	76.680	1.181.657	1.102.672
Passivo não circulante	-	-	1.252.521	1.217.649

a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	30/06/2011		30/06/2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	1.493.343	1.493.343	1.448.973	1.448.973
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	373.336	134.401	362.243	130.408
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(16.197)	(5.831)	(9.892)	(3.561)
Equivalência patrimonial	(283.924)	(102.213)	(310.548)	(111.797)
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-
Provisão de JCP	-	-	-	-
Perdas em Investimentos	-	-	-	-
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	29.828	10.738	10.549	3.798
Demais adições (exclusões)	(189.697)	(68.291)	198.881	71.649
Total da despesa (Receita) de IRPJ e CSLL	(86.654)	(31.196)	251.233	90.497

c) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infra-estrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários

Notas Explicativas

para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A controlada Chesf obteve, em 2008, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido até o exercício de 2017.

Nesse semestre, o incentivo fiscal mencionado totalizou R\$ 161.934 (R\$ 165.823 em 30 de junho de 2010), com registro no resultado do período como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07.

d) Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Amazonas Energia e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado há 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

NOTA 25 – TAXAS REGULAMENTARES

CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Reserva Global de Reversão - RGR	134.291	113.103
CCC/CDE	64.923	53.896
Compensação financeira - recursos hídricos	407.016	390.792
Taxa de fiscalização ANEEL	10.184	5.547
PROINFA	19.706	20.902
	<u>636.120</u>	<u>584.240</u>

NOTA 26- REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do capital social relativo a essas espécies e classes de ações. Está prevista a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A remuneração relativa ao exercício de 2006, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 27 - CRÉDITOS DO TESOUREIRO NACIONAL

	CONTROLADORA			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-D	93.925	85.904	193.324	234.313
Outros	6.376	6.866	12.121	16.172
	<u>100.301</u>	<u>92.770</u>	<u>205.445</u>	<u>250.485</u>

Notas Explicativas

NOTA 28 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos.

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego.

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras

Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X				
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X			X	X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

Com a adoção dos padrões estabelecidos pelo CPC 33, a Administração da Companhia decidiu pela alteração da política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, tendo adotado, a partir de 1º de janeiro de 2009, a política de reconhecimento imediato, no período em que ocorrerem os ganhos e perdas atuariais diretamente em Outros Resultados Abrangentes, conforme permitido pelo item 93A do CPC 33.

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Premissas	Eletrobras	Amazonas	Boa Vista	Ceal	Cepisa	CGTEE
Taxa real anual de desconto atuarial	5,50%	6,00%	6,00%	5,00%	6,00%	6,00%
Taxa real anual de inflação projetada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa real anual de retorno dos ativos	10,25%	10,77%	10,77%	9,73%	10,77%	10,77%
Taxa real anual de evolução salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa real anual de evolução dos custos médicos	N/A	N/A	1,00%	N/A	N/A	N/A
Taxa real anual de evolução de	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Notas Explicativas

benefícios

Fator de capacidade	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mortalidade geral	AT-2000	AT-83	AT-83	AT-2000	AT-83	AT-83
Mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Entrada em invalidez	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca
Percentual de casados	95%	95%	95%	95%	95%	95%
Diferença de idade H-M	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos

	CHESF	Eletronorte	Eletronuclear	Eletrosul	Furnas
Premissas					
Taxa real anual de desconto atuarial	6,00%	6,00%	6,00%	5,00%	6,00%
Taxa real anual de inflação projetada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa real anual de retorno dos ativos	N/I	N/I	10,77%	9,73%	10,77%
Taxa real anual de evolução salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa real anual de evolução dos custos médicos	N/A	N/I	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa real anual de evolução de benefícios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade	100%	100%	100%	100%	100%
Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mortalidade geral	AT-83	AT-83	AT-2000	AT-2000	AT-83
Mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Entrada em invalidez	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca
Percentual de casados	95%	95%	95%	95%	95%
Diferença de idade H-M	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos

NOTA 29 - PROVISÕES PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS VINCULADAS A PROCESSOS JUDICIAIS

Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	96.295	80.355
Tributárias	-	-	103.586	105.013
Cíveis	-	-	91.193	63.368
Outros	-	-	34.573	8.844
	-	-	325.647	257.580
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	6.130	6.130	811.900	814.248

Notas Explicativas

Tributárias	-	-	156.626	177.294
Cíveis	1.270.846	1.284.437	2.869.214	2.672.024
Outros	-	-	349.964	237.723
	<u>1.276.976</u>	<u>1.290.567</u>	<u>4.187.704</u>	<u>3.901.289</u>
	<u>1.276.976</u>	<u>1.290.567</u>	<u>4.513.351</u>	<u>4.158.869</u>

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento. A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima, e julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31.12.2010	<u>1.290.567</u>	<u>4.158.869</u>
Constituição de provisões	-	452.639
Reversão de provisões	(13.590)	(98.157)
Saldo em 30.06.2011	<u>1.276.977</u>	<u>4.513.351</u>

As principais ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas não se alteraram em relação àquelas descritas nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2010, inclusive quanto as avaliações de risco de perda.

Em 26 de julho de 2011, a Companhia tomou conhecimento de Termo de Notificação emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e comunicado via fax informando que serão realizados descontos no valor de R\$ 49.827 referente a valores ressarcidos indevidamente à CGTEE de 2005 a 2010 relativos a despesas com cinzas e operação no pátio de carvão através da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Tal desconto será realizado em 24 parcelas nos próximos reembolsos.


Notas Explicativas

A Companhia apresentou impugnação e solicitação de efeito suspensivo junto à agência reguladora através do Processo nº 48513.026332/2011-00. A Companhia alega, sucintamente, que cabe ao Ministério de Minas e Energia a elaboração do Manual que prevê os procedimentos de ressarcimento destas despesas, através da CDE; incompetência da ANEEL para alteração dos procedimentos; existência de um Manual de Procedimentos da CDE, assinado pelo MME, ANEEL, ONS, onde consta expressamente que haverá a cobertura das despesas com cinzas e operação no pátio de carvão. Tendo em vista estes argumentos, a Companhia entende que é totalmente infundado o desconto dos valores mencionados, pois há determinação de cobertura até a presente data. Quanto aos valores futuros, não poderá haver suspensão até que tenha haja documento legal expedido pelo MME assim o determinando, não possuindo a ANEEL poderes para alteração destes procedimentos.

A Companhia apresenta na conta de ativo a receber de Reembolso de Combustível CCC e CDE o valor de R\$ 54.789, dos quais R\$ 7.988 referem-se, também, a despesas com cinzas e operação no pátio de carvão. Na opinião da Assessoria Jurídica da Companhia a probabilidade de perda na esfera administrativa é possível e na esfera judicial, remota. Dessa forma, não foi constituída provisão para a parcela do ativo a receber nem para os valores de descontos, que totalizam R\$ 57.815.

Na mesma linha de discussão encontra-se pendente de reembolso pendências na Conta do Reembolso de Combustível CCC e CDE o valor de R\$ 32.555, referente ao reembolso de combustível e serviços relativos ao uso de combustível carvão mineral para geração termelétrica na UTE Candiota III (Fase C), que segundo entendimento da ANEEL, estaria suportado na Tarifa praticada de suprimento junto as Distribuidoras, não dando direito à Companhia o benefício do reembolso. Diante desta situação, permanece não autorizado os reembolsos registrados nas contas a receber para o combustível e serviços até a definição do julgamento na Agência. Na opinião da Assessoria Jurídica da Companhia a probabilidade de perda na esfera administrativa é possível e na esfera judicial, remota, motivo pelo qual, até esse momento, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

NOTA 30 - OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 30 de junho de 2011 é de R\$ 386.422 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 375.968).

Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2009	323.326
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no exercício	52.642
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2010	375.968
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	10.454
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 30/06/2011	386.422

Notas Explicativas

NOTA 31 – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO A PAGAR – UBP

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específico - SPEs. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Usina	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Passo São João	3.754	3.515
Mauá	11.389	10.498
São Domingos	4.435	4.047
Jirau	37.450	35.616
Batalha e Simplício	41.587	38.668
Foz do Chapecó	252.865	57.021
Peixe Angical	76.660	79.098
Retiro Baixo	3.615	3.503
Serra do Facão	626.274	554.009
Santo Antônio	71.273	48.240
Total	1.129.302	834.215

Os valores estabelecidos nos contratos de concessão estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente essas obrigações.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia adota como política contábil, reconhecer a obrigação na data da obtenção da licença ambiental de instalação (LI).

Os pagamentos da UBP são realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial do empreendimento até o final do prazo de concessão.

NOTA 32 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	CONTROLADORA E	
	30/06/2011	31/12/2010
Aquisição de participação acionária na CEEE	136.741	2.364.929
Aquisição da participação acionária na CGTEE	-	2.272.187
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	-	78.280
UHE de Xingó	-	219.942
Linhas de transmissão no Estado da Bahia	-	34.429
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	-	204.089
	136.741	5.173.856

Notas Explicativas

A Companhia no primeiro semestre de 2011 capitalizou os AFAC's.

NOTA 33 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 30 de junho de 2011, é de R\$ 31.305.331 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 26.156.567) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	552.968.382	50,87	-	832	0,00	552.969.214	40,88
BNDESPAR	180.757.950	16,63	-	18.691.102	7,04	199.449.052	14,75
BNDES*	76.338.832	7,02	-	18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND**	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
Caixa Econômica Federal***	8.701.564	0,80	-	-	-	8.701.564	0,64
FGHAB	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
FGI	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
FGO	-	-	-	468.600	0,18	468.600	0,03
OUTROS	221.661.980	20,39	146.920	219.263.678	82,60	441.072.578	32,62
	<u>1.087.050.297</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>265.436.883</u>	<u>100,00</u>	<u>1.352.634.100</u>	<u>100,00</u>

*O acionista BNDES vendeu 5.968.400 ações ON, no período de 6 de abril a 26 de abril de 2011.

**O acionista FND foi extinto, conforme MP 507/10. Após o processo de inventário, serão transferidas 30.058.641 ações ao acionista União Federal.

***O acionista CEF acumulou a venda de 542.900 ações PNB no período de março a junho de 2011.

Do total das 441.072.052 ações em poder dos minoritários, 304.273.002 ações, ou seja, 68,98% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 159.945.824 ações ordinárias, 28 ações preferenciais da classe "A" e 109.179.269 ações preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 76.105.586 ações ordinárias e 35.147.881 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de American Depositary Receipts - ADR's. Em 30 de junho de 2011, o valor patrimonial da ação é de R\$ 55,03 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 62,29).


Notas Explicativas

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	<u>26.048.342</u>	<u>26.048.342</u>

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos, de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos e de 1% para benefícios assistenciais de empregados, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social, para as duas primeiras respectivamente:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	2.046.389	2.046.388
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/1976)	14.553.115	14.758.464
Dividendos Adicionais Propostos(*)	-	753.201
	<u>16.599.503</u>	<u>17.558.053</u>

* A 51ª Assembléia Geral Ordinária (A.G.O.) realizada em 16/06/2011 aprovou o pagamento dos dividendos adicionais propostos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010.

NOTA 34 - LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.


Notas Explicativas

31/12/2010				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	1.544.746	251	387.775	1.932.771
Dividendos preferenciais		272	314.870	315.142
	1.544.746	522	702.645	2.247.913
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	905.024	147	227.187	1.132.357
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação básico (R\$)	1,71	3,55	3,09	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

31/12/2010				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	1.544.625	251	391.308	1.936.183
Dividendos preferenciais		272	314.870	315.142
	1.544.625	522	706.178	2.251.325
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	905.024	147	227.187	1.132.357
Emprestimo compulsório	-	-	2.088	2.088
	905.024	147	229.274	1.134.445
% de ações em relação ao total	80%	0%	20%	100%
Resultado por ação diluído (R\$)	1,71	3,55	3,08	

Notas Explicativas

NOTA 35 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
a) GERAÇÃO				
Comercialização				
Suprimento / Venda de Energia	897.753	911.012	9.201.636	8.876.088
Ativo Financeiro/Repasse Itaipu*	694.658	(234.857)	694.658	(234.857)
OUTROS	-	-	-	-
B) TRANSMISSÃO				
Receita de construção	-	-	1.114.262	989.635
Receita de operação e manutenção	-	-	817.992	637.039
Atualização de Taxas de retorno - Transmissão	-	-	1.232.257	1.220.536
c) DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento	-	-	1.872.580	1.816.678
Receita de construção	-	-	381.348	297.953
Receita de operação e manutenção	-	-	18.506	9.479
Outras Receitas	-	-	535.532	482.598
TOTAL	1.592.411	676.155	15.868.771	14.095.149
DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL				
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	280.812	258.433
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	295.863	193.679
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	48.193	48.636
Programa de Incentivo Fontes Alternativas de EE - PROINFA	-	-	67.433	84.314
ICMS	-	-	511.177	495.241
PASEP e COFINS	105.450	73.110	949.821	822.924
Outras Deduções	-	-	123.207	115.990
	105.450	73.110	2.276.506	2.019.217
Resultado de Operações com Energia	1.486.961	603.045	13.592.265	12.075.932
Receita Operacional Líquida	1.486.961	603.045	13.592.265	12.075.932

(*) Vide quadro abaixo

Notas Explicativas
Controladora e Consolidado

	30/06/2011	30/06/2010
Operações com Energia Elétrica	(4.276.093)	(2.450.895)
Energia Comprada p/ Revenda	3.613.840	2.686.639
Acréscimo Moratório	(32.405)	(887)
Total Resultado	(694.658)	234.857

I - Resultado de Participações Societárias

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	915.580	1.467.112	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	30.664	32.686	30.664	32.686
	<u>946.244</u>	<u>1.499.797</u>	<u>30.664</u>	<u>32.686</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	265.862	219.465	301.437	223.289
Outros investimentos	56.461	49.954	56.461	49.954
	<u>1.268.567</u>	<u>1.769.217</u>	<u>388.562</u>	<u>305.928</u>

NOTA 36 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Pessoal	186.711	146.660	2.628.880	2.237.553
Material	2.314	2.343	133.446	122.705
Serviços	47.165	42.880	896.806	878.037
	<u>236.190</u>	<u>191.883</u>	<u>3.659.132</u>	<u>3.238.295</u>


Notas Explicativas
NOTA 37 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Fornecimento	-	-	498.088	519.194
Suprimento	766.856	558.339	826.958	601.624
Uso da Rede	-	-	668.389	796.526
Comercialização CCEE	172.238	356.718	386.846	571.016
Outros	1.267	853	6.568	853
	<u>940.361</u>	<u>915.910</u>	<u>2.386.849</u>	<u>2.489.213</u>

NOTA 38 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Garantias	19.133	-	19.133	-
Contingências	(13.590)	54.852	254.260	237.211
PCLD - Consumidores e Revendedores	53.845	10.912	320.430	247.387
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	-	-	-	-
PCLD - Créditos de ICMS	-	-	2.382	10.656
Perdas na realização de AFAC's	2.951	128.160	-	-
Passivo a descoberto em Controladas	92.071	159.730	-	-
Perdas em Investimentos - diversos	-	405.915	-	405.915
Impairment	-	-	409.000	-
Outras	28.516	(13.281)	(63.326)	14.519
	<u>182.926</u>	<u>746.288</u>	<u>941.879</u>	<u>915.688</u>

NOTA 39 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

1 - Gestão de Recursos

1.1-Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do

Notas Explicativas

montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2011, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2010, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 7 % e 20%. Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2011 e 2009 podem ser assim sumarizados:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Total dos Empréstimos	33.705.671	33.138.436
(-) Caixa e Equivalente Caixa	<u>8.937.297</u>	<u>9.220.169</u>
Dívida Líquida	24.768.374	23.918.267
(+) Total do Patrimônio Líquido	<u>76.278.310</u>	<u>70.530.410</u>
Total do Capital	<u>101.046.684</u>	<u>94.448.677</u>
Índice de Alavancagem Financeira	25%	25%

2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos.

2.1 - Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

- a) Caixa e equivalentes de caixa: mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- b) Títulos e valores mobiliários: são aqueles com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações financeiras são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor.
- c) Consumidores e revendedores: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.
- d) Créditos renegociados: tais ativos são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores justos e prováveis de realização.
- e) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- f) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na

Notas Explicativas

impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, a Companhia mantinha 811 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos (813 em 31 de dezembro de 2010), totalizando R\$ 24.215.238 (R\$ 24.761.922 em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$	%	R\$
Dólar Norte-Americano	7,203,546	48,77	11.245.455
IGP-M	422,874	2,75	660.148
Real	7,594,728	46,44	11.856.129
YEN	229,294	1,55	357.951
EURO	61,210	0,49	95.555
Total	15.511.650	100,00	24.215.238

g) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

Em 30 de junho de 2011, não havia instrumentos financeiros derivativos em carteira própria da empresa ou de suas controladas diretas. De igual maneira, não houve operações com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. São apresentadas operações de derivativos em algumas Sociedades de Propósito Específico, as quais estão relacionadas com operações de swap vinculadas a empréstimos específicos ou *hedge* de fluxo de caixa relacionado com a compra futura de materiais a serem utilizados na construção dos ativos.

3 - Política de *hedge* Financeiro

A Eletrobras apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A companhia apresenta relevante descasamento entre ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros Libor, relativas a contratos de captação externa.

Neste contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Eletrobras. O objetivo da atual política é perseguir a mitigação da exposição as variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Contábeis.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Eletrobras.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela empresa, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente estaria a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros apenas serão realizadas com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia e de suas controladas que apresentem algum

Notas Explicativas

descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

Em 2009, foi aprovado um novo Mandato para Operações de Derivativos, o qual teve seu escopo ampliado, abrangendo, além dos descasamentos de moeda, as exposições à taxa de juro.

A empresa vem realizando estudos e discutindo, através do Comitê de *hedge* Financeiro, a realização de operações de Swap de Taxa de Juros com o intuito de neutralizar a volatilidade dos contratos de captação realizados à Libor de 6 meses. Tais operações abrangem um valor nocional em torno de US\$ 700 milhões e prazos que variam de 2015 a 2020. A previsão é que estas operações sejam realizadas no ano de 2011.

Além da operação de Swap de Libor, estratégias de *hedge* cambial foram analisadas ao longo do ano de 2010 e poderão ser implementadas a partir de 2011. Seguindo a Política de *hedge* Financeiro, a análise de soluções estruturais estão sendo priorizadas e oportunidades de novas captações externas estão sendo consideradas como importante instrumento de mitigação das exposições ativas em moeda estrangeira.

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar este risco, a Eletrobras instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Eletrobras.

Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

Também está em discussão um anexo contratual sobre margens de garantia, que será condição prévia para realização de qualquer operação desta natureza. Através deste instrumento contratual irá se reduzir substancialmente a exposição ao risco de contraparte ao longo da vida das operações com derivativos.

4 - A Controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	800 MW - a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
			De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

A Companhia não atua com outras modalidades de operações de derivativos com exceção às mencionadas nesta nota explicativa.

Notas Explicativas

Neste semestre a controlada Eletronorte reconheceu o montante de R\$ 13.152 referente ao efeito dos derivativos embutidos dos contratos acima mencionados, cuja contrapartida é registrada em outros resultados abrangentes (ORA) no Patrimônio Líquido.

5 - Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

- a) - Fornecedores: são mensurados pelo valor justo de mercado e amortizados essencialmente pelo método do custo amortizado.
- b) - Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais (BID, BIRD, CAF), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia encerrou primeiro semestre de 2011 com 14 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 5.121.735 (R\$ 5.546.687 em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ (equivalentes)	%	R\$
Dólar Norte-Americano	3.027.897	92,29	4.726.849
EURO	61.216	1,87	95.564
YEN	191.738	5,84	299.322
Total	3.280.850	100,00	5.121.735

Empréstimo Compulsório: extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente, a Companhia gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido.

6 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

6.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

Notas Explicativas

A Companhia apresenta descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, em posição ativa, no montante de R\$ 4.322 (R\$ 4.455 em 31 de dezembro de 2010), proveniente principalmente dos contratos de financiamentos concedidos à controlada Itaipu Binacional, cujo principal está integralmente reconhecida em balanço, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa.

6.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor.

6.3 - Risco de preço de commodities

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006 800 MW - a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de cap and floor band relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773.21/ton e US\$ 1,450/ton.

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado. A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

6.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência

Notas Explicativas

através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

6.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e conseqüentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora (não revisado)

30/06/2011

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Emprestimo compulsório	179.128	197.936	267.062	-
Obrigações com arrendamento financeiro (Nota 24)				
Fornecedores e outras obrigações	1.663.122	1.767.067	1.767.067	-
Garantias financeiras	-	-	-	-

31/12/2010

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos	275.907	195.687	1.230.529	12.003.601
Emprestimo compulsório	174.166	192.453	259.664	-
Obrigações com arrendamento financeiro (Nota 24)				
Fornecedores e outras obrigações	2.061.540	2.061.540	2.061.540	-
Garantias financeiras	-	-	-	-

Notas Explicativas

Consolidado

31/12/2010

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.490.750	2.408.545	4.320.895	8.272.881
Obrigações com arrendamento financeiro	120.485	240.933	361.400	1.092.214
Empréstimo compulsório	179.128	197.936	267.062	-
Fornecedores	5.270.678	1.767.067	1.767.067	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.009.501	441.111	-	-
Concessões a pagar – UBP	724	2.461	11.212	200.560

31/12/2010

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.868.466	455.637	2.865.163	27.949.170
Obrigações com arrendamento financeiro	120.485	240.933	361.400	1.092.214
Empréstimo compulsório	174.166	192.453	259.664	-
Fornecedores	5.563.938	2.081.548	2.061.540	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	639.278	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	-	1.313	10.118	150.133

7 – Análise de Sensibilidade (não revisado)

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para fim de 2011 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	7.203.546	11.245.455	1,60	1,2000	0,8000	8.644.255	5.762.837
IGP-M	422.874	660.148	2,92%	2,19%	1,46%	674.620	669.796
EURO(R\$/€)	61.210	95.555	2,2760	1,7070	1,1380	73.452	48.968
Yen(R\$/¥)	229.294	357.951	0,0198	0,0148	0,0099	275.153	183.435
TOTAL	7.916.924	12.359.109				9.667.480	6.665.036

Notas Explicativas

Apreciação dos Índices

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	7.203.546	11.245.455	1,60	2,0000	2,4000	14.407.092	17.288.510
IGP-M	422.874	660.148	2,92%	3,65%	4,38%	684.269	689.093
EURO(R\$/€)	61.210	95.555	2,2760	2,8450	3,4139	122.420	146.904
Yen(R\$/¥)	229.294	357.951	0,0198	0,0247	0,0296	458.588	550.306
TOTAL	7.916.924	12.359.109				15.672.369	18.674.813

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos obtidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	3.027.897	4.726.849	1,60	1,2000	0,8000	3.633.476	2.422.318
EURO(R\$/€)	61.216	95.564	2,2760	1,7070	1,1380	73.459	48.973
Yen(R\$/¥)	191.738	299.322	0,0198	0,0148	0,0099	230.086	153.390
TOTAL	3.280.851	5.121.735				3.937.021	2.624.681

Apreciação dos Índices

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	3.027.897	4.726.849	1,60	2,0000	2,4000	6.055.794	7.266.953
EURO(R\$/€)	61.216	95.564	2,2760	2,8450	3,4139	122.432	146.918
Yen(R\$/¥)	191.738	299.322	0,0198	0,0247	0,0296	383.476	460.171
TOTAL	3.280.851	5.121.735				6.561.702	7.874.042

Foram realizadas análises de sensibilidade do ativo financeiro decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional. A análise limitou-se à variação da taxa de câmbio real por dólar, incluindo dois cenários onde há valorização cambial de 25% e 50% e dois cenários onde há desvalorização cambial de 25% e 50%.

Depreciação de Índices do Direito de Comercialização da Energia de Itaipu:

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	2.074.758	3.238.905	1,60	1,2000	0,8000	2.489.710	1.659.806

Notas Explicativas

Apreciação de Índices do Direito de Comercialização da Energia de Itaipu:

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	2.074.758	3.238.905	1,60	2,0000	2,4000	4.149.516	4.979.419

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

8 – Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Controladora			
	30/06/ 2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	5.628.887	5.628.887
Partes beneficiárias	200.263	-	-	200.263
- Ativos financeiros disponíveis para venda	1.562.801	-	-	1.562.801
Total do ativo	1.763.064	-	5.628.887	7.391.951
Empréstimos e financiamentos	13.462.503	-	-	13.462.503
Total do passivo	13.462.503	-	-	13.462.503

	31/12/ 2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	8.631.735	8.631.735
Partes beneficiárias	194.761	-	-	194.761
- Ativos financeiros disponíveis para venda	1.402.837	-	52.410	1.455.247
Total do ativo	1.597.598	-	8.684.145	10.281.743
Empréstimos e financiamentos	13.705.726	-	-	13.705.726
Total do passivo	13.705.726	-	-	13.705.726

Consolidado



Notas Explicativas

30/06/ 2011

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	6.574.805	6.574.805
Derivativos designados como hedge	-	567.763	-	567.763
Partes beneficiárias	200.263	-	-	200.263
Títulos Patrimoniais	1.603	1.129	-	2.732
- Ativos financeiros disponíveis para venda	1.562.801	-	60.660	1.623.461
Total do ativo	1.764.667	568.892	6.635.465	8.969.024
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	15.753.147	9.035.915	-	24.789.062
Derivativos designados como hedge	-	547.001	-	547.001
Total do passivo	15.753.147	9.582.916	-	23.336.063

Consolidado

31/12/ 2010

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários	362.365	-	7.181.613	7.543.978
Ao valor justo por meio do resultado	(2.038)	-	540.072	538.034
Derivativos designados como hedge	-	582.404	-	582.404
Partes beneficiárias	194.761	-	-	194.761
Títulos Patrimoniais	1.548	-	-	1.548
- Ativos financeiros disponíveis para venda	1.610.908	-	52.410	1.663.318
Total do ativo	2.167.544	582.404	7.774.095	10.524.043
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	14.507.793	-	-	14.507.793
Derivativos designados como hedge	-	540.540	-	540.540
Total do passivo	14.507.793	540.540	-	15.048.333

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Notas Explicativas

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 40 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

As informações por segmento de negócios, correspondentes ao exercício findo em 30 de junho de 2011 e 31 de março de 2010, são as seguintes:

Notas Explicativas

RESULTADO POR SEGMENTO

30/06/2011

	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	29.316	8.628.556	3.044.958	1.889.435	13.592.265
Despesas Operacionais	-569.487	-6.411.600	-2.592.290	-1.326.038	-10.899.415
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	-540.171	2.216.956	452.668	563.397	2.692.850
Resultado Financeiro	-63.139	-775.579	-115.859	-10.179	-964.756
Resultado de Participações Societárias	326.522	8.389	53.651	-	388.562
IRPJ / CSLL	110.678	-485.588	-103.067	-2.746	-480.723
Participação Minoritária	-24.740	-	-	-	-24.740
Lucro Líquido Do Exercício	-190.850	964.178	287.393	550.472	1.611.193

30/06/2010

	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	20.802	7.628.305	2.719.575	1.707.250	12.075.932
Despesas Operacionais	-831.268	-6.087.658	-2.285.446	-1.076.122	-10.280.494
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	-810.466	1.540.647	434.129	631.128	1.795.438
Resultado Financeiro	952.940	-434.379	-86.990	-5.179	426.392
Resultado de Participações Societárias	295.684	29.243	-18.999	-	305.928
IRPJ / CSLL	-341.907	-408.926	-193.701	-	-944.534
Participação Minoritária	-7.953	-	-	-	-7.953
Lucro Líquido Do Exercício	88.298	726.585	134.439	625.949	1.575.271

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

NOTA 41 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Eletrobras é a União que detém 41.59% das ações ordinárias e preferenciais da companhia (Nota 38).

As transações da Eletrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

Não há, também, operações com pessoas físicas consideradas partes relacionadas, exceto com acionistas.

CONTROLADORA

Notas Explicativas

	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS			
Consumidores e revendedores	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.318.836	-	-
Dividendo a receber	71.853	-	-
Créditos renegociados	-	-	-
AFAC	-	-	-
Receitas de participação societária	-	-	33.098
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	67.022
	<u>2.390.689</u>	-	<u>100.120</u>
CHESF			
Financiamentos e empréstimos	150.768	-	-
AFAC	-	-	-
Dividendo a receber	1.276.273	-	-
outros	-	1.355	-
Obrigações diversas	-	-	-
Créditos renegociados	-	-	-
Receita de juros, comissões e taxas	-	-	5.480
Receitas de participações societárias	-	-	781.245
	<u>1.427.041</u>	<u>1.355</u>	<u>786.725</u>
ELETRONORTE			
Consumidores e revendedores	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	3.813.367	-	-
Dividendo a receber	(4.243)	-	-
AFAC	835.829	-	-
Receitas de participação societária	-	-	156.542
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	141.618
	<u>4.644.953</u>	-	<u>298.160</u>
ELETROSUL			
Financiamentos e empréstimos	796.572	-	-
Dividendo a receber	77.637	-	-
AFAC	1.291.767	-	-
Créditos renegociados	-	-	-
Receita de participações societárias	-	-	75.274
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	26.513
	<u>2.165.976</u>	-	<u>101.787</u>
CGTEE			
Financiamentos e empréstimos	877.359	-	-
AFAC	380.652	-	-
Dividendo a receber	33.178	-	-
Resultado em participações societárias	-	-	79.606
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	17.649
	<u>1.291.189</u>	-	<u>97.255</u>
ELETRONUCLEAR			
Financiamentos e empréstimos	806.634	-	-

Notas Explicativas

AFAC	3.311.226	-	-
Obrigações diversas	-	-	-
Outros	-	117.639	-
Resultado de participações societárias	-	-	222.815
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	28.678
	<u>4.117.860</u>	<u>117.639</u>	<u>251.493</u>
ITAIPU			
Financiamentos e empréstimos	3.987.442	-	-
Dividendo a receber	-	-	-
Obrigações diversas	-	-	-
Fornecedores	-	-	-
Energia Comprada para Revenda	-	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	150.601
	<u>3.987.442</u>	<u>-</u>	<u>150.601</u>
CEAL			
Financiamento e empréstimos	233.626	-	-
AFAC	85.249	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(33.769)
Receitas de Juros, comissões e taxas	-	-	5.134
	<u>318.875</u>	<u>-</u>	<u>(28.635)</u>
CEPISA			
Financiamento e empréstimos	447.975	-	-
AFAC	188.006	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	15.089
	<u>635.981</u>	<u>-</u>	<u>15.089</u>
AMAZONAS ENERGIA			
Financiamentos e empréstimos	606.814	-	-
AFAC	60.436	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(339.253)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	23.081
	<u>667.250</u>	<u>-</u>	<u>(316.172)</u>
CERON			
Dividendo a receber	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	105.846	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(71.970)
AFAC	72.785	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	3.849
	<u>178.631</u>	<u>-</u>	<u>(68.121)</u>
ELETROPAR			
AFAC	-	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	12.933
Dividendo a receber	59	-	-
	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>12.933</u>
ELETROACRE			
Financiamentos e empréstimos	78.335	-	-

Notas Explicativas

AFAC	254.841	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	3.986
	333.176	-	3.986
TESOURO NACIONAL			
Obrigações	-	305.746	-
	-	305.746	-
INAMBARI			
Resultado de participações societárias	-	-	(862)
	-	-	(862)
BELO MONTE			
Resultado de participações societárias	-	-	1.044
	-	-	1.044
CHC			
Resultado de participações societárias	-	-	(503)
	-	-	(503)
MANGUE SECO			
Resultado de participações societárias	-	-	(620)
	-	-	(620)
ELETROS			
Contribuições Previdenciárias	-	-	12.691
	-	-	12.691

CONSOLIDADO

PODER PÚBLICO FEDERAL	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Consumidores e revendedores	3.516	-	-
Outras receitas	-	-	6.373
	3.516	-	6.373
REAL GRANDEZA			
Outros ativos	193	-	-
Contribuições previdenciárias	-	(15.382)	-
Contratos de dívida atuariais	-	(165.040)	-
Outros passivos	-	34.494	-
Despesas atuariais	-	-	(86.422)
Despesas financeiras	-	-	(38.227)
Outras despesas	-	-	(21.128)
Contribuições desp administrativa	-	-	723
	193	(145.928)	(145.054)
NUCLEOS			
Contribuições previdenciárias	-	2.332	-
Contribuições normal mantenedor	-	-	3.160
	-	2.332	3.160

RS ENERGIA

Notas Explicativas

Contas a receber	312	-	-
JCP / Dividendos a receber	2.523	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.258	-	-
Participação societária permanente	142.046	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.454
Equivalência patrimonial acumulada	2.820	-	-
Outras receitas	-	-	6
	<u>170.959</u>	<u>-</u>	<u>1.460</u>

UIRAPURU

Contas a receber	9.210	-	-
JCP / Dividendos a receber	2.695	-	-
Participação societária permanente	19.601	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	4.869	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.725
Receitas de prestação de serviços	-	-	48
Outras receitas	-	-	180
	<u>36.375</u>	<u>-</u>	<u>1.953</u>

ARTEMIS

Contas a receber	468	-	-
JCP / Dividendos a receber	8.330	-	-
Participação societária permanente	68.469	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	6.052	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.389
Receitas de prestação de serviços	-	-	496
Outras receitas	-	-	25
	<u>83.319</u>	<u>-</u>	<u>4.910</u>

PORTO VELHO

Contas a receber	773	-	-
JCP / Dividendos a receber	-	-	-
Participação societária permanente	190.293	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	5.494	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.028
Outras receitas	-	-	27
	<u>196.560</u>	<u>-</u>	<u>3.055</u>

NORTE BRASIL

Participação societária permanente	17.161	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(7.365)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.696
	<u>9.796</u>	<u>-</u>	<u>1.696</u>

ETAU

Contas a receber	55	-	-
------------------	----	---	---

Notas Explicativas

JCP / Dividendos a receber	2.834	-	-
Participação societária permanente	9.567	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	7.335	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	410
Receitas de prestação de serviços	-	-	326
Outras receitas	-	-	3
	<u>19.791</u>	<u>-</u>	<u>739</u>

ESBR

Participação societária permanente	466.341	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(9.296)	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.352)
	<u>457.045</u>	<u>-</u>	<u>(1.352)</u>

CERRO CHATO I

Contas a receber	3	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	41.310	-	-
Participação societária permanente	180	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(180)	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	8
Outras receitas	-	-	4
	<u>41.313</u>	<u>-</u>	<u>12</u>

CERRO CHATO II

Contas a receber	2	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.860	-	-
Participação societária permanente	180	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(180)	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	1
Outras receitas	-	-	4
	<u>40.862</u>	<u>-</u>	<u>5</u>

CERRO CHATO III

Contas a receber	9	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	74.790	-	-
Participação societária permanente	180	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(180)	-	-
Outras receitas	-	-	4
	<u>74.799</u>	<u>-</u>	<u>4</u>

TELES PIRES

Adiantamento para futuro aumento de capital	19.748	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(19)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(19)
	<u>19.729</u>	<u>-</u>	<u>(19)</u>

Notas Explicativas

INTEGRAÇÃO

Equivalência patrimonial acumulada	3.259	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	947
	3.259	-	947

ELOS

Contribuições previdenciárias	-	2.797	-
Contratos de dívida atuariais	-	55.210	-
	-	58.007	-

FACHESF

Contribuições previdenciárias	-	7.562	-
Contratos de dividas atuariais	-	325.964	-
Despesas financeiras	-	-	(21.826)
Despesas operacionais	-	-	(5.298)
	-	333.526	(27.124)

NORTE ENERGIA

Participação societária permanente	174.091	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - Coligadas	-	(34)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	456
	174.091	(34)	456

TDG

Participação societária permanente	14.517	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.499
	14.517	-	1.499

MANAUS TRANSMISSÃO

Contas a receber	74	-	-
Participação societária permanente	23.154	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(3.226)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.428
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.793)
	23.228	(3.226)	(2.365)

IEMADEIRA

Participação societária permanente	245.359	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(1.511)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	3.859
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	7.593
	245.359	(1.511)	11.452

MANAUS CONSTRUÇÃO

Participação societária permanente	8.459	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.510

Notas Explicativas

	8.459	-	2.510
STN			
Participação societária permanente	193.072	-	-
Fornecedores	-	1.081	-
Outros resultados abrangentes	-	(401)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	18.018
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.013
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(5.039)
	<u>193.072</u>	<u>680</u>	<u>13.992</u>
INTESA			
Participação societária permanente	30.388	-	-
Fornecedores	-	825	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.182
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(3.992)
	<u>30.388</u>	<u>825</u>	<u>(2.810)</u>
EAPS			
Participação societária permanente	69.387	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(173)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	8.274
	<u>69.387</u>	<u>(173)</u>	<u>8.274</u>
ESBR Part.			
Participação societária permanente	457.045	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - Coligadas	-	(399)	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.356)
	<u>457.045</u>	<u>(399)</u>	<u>(1.356)</u>
SETE GAMELEIRAS			
Participação societária permanente	1.963	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(45)
	<u>1.963</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>
S. PEDRO DO LAGO			
Participação societária permanente	1.912	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(35)
	<u>1.912</u>	<u>-</u>	<u>(35)</u>
PEDRA BRANCA			
Participação societária permanente	1.875	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(42)
	<u>1.875</u>	<u>-</u>	<u>(42)</u>

Notas Explicativas

BRASV. MIASSABA

Adiantamento para futuro aumento de capital	3.335	-	-
Participação societária permanente	(223)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(223)
	<u>3.112</u>	-	<u>(223)</u>

BRASV. EOLO

Adiantamento para futuro aumento de capital	2.232	-	-
Participação societária permanente	(362)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(364)
	<u>1.870</u>	-	<u>(364)</u>

ANDE

Consumidores e revendedores	58.198	-	-
Outros ativos	10.663	-	-
Obrigações diversas	-	17.722	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	96.967
Receitas financeiras	-	-	1.423
Despesas financeiras	-	-	150
Outras despesas	-	-	(16.538)
	<u>68.861</u>	<u>17.722</u>	<u>82.002</u>

FIBRA

Contas a pagar	-	43.511	-
Contribuições previdenciárias	-	1.558	-
Despesas financeiras	-	-	(2.934)
Contribuições previdenciárias	-	-	(8.915)
	-	<u>45.069</u>	<u>(11.849)</u>

CAJUBI

Contas a pagar	-	6.641	-
Contribuições previdenciárias	-	3.189	-
Outros passivos	-	449.594	-
Despesas financeiras	-	-	(150)
Contribuições previdenciárias	-	-	(8.772)
	-	<u>459.424</u>	<u>(8.922)</u>

ENERPEIXE

Contas a receber	203	-	-
Participação societária permanente	509.139	-	-
Outros ativos	87	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	28.119
Receitas de prestação de serviços	-	-	2.947
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	1.980
	<u>509.429</u>	-	<u>33.046</u>

Notas Explicativas

TRANSLESTE

JCP / Dividendos a receber	2.402	-	-
Participação societária permanente	22.047	-	-
Fornecedores	-	(114)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.364
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(534)
	<u>24.449</u>	<u>(114)</u>	<u>1.830</u>

TRANSUDESTE

JCP / Dividendos a receber	3.326	-	-
Participação societária permanente	13.170	-	-
Outros ativos	30	-	-
Fornecedores	-	(69)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.418
Receitas de prestação de serviços	-	-	59
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(330)
	<u>16.526</u>	<u>(69)</u>	<u>1.147</u>

TRANSIRAPÉ

JCP / Dividendos a receber	2.432	-	-
Participação societária permanente	10.135	-	-
Fornecedores	-	(48)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.089
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(230)
	<u>12.567</u>	<u>(48)</u>	<u>859</u>

CENTROESTE

Adiantamento para futuro aumento de capital	3.527	-	-
Participação societária permanente	15.624	-	-
Outros ativos	50	-	-
Fornecedores	-	(48)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.903
Receitas de prestação de serviços	-	-	250
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(223)
	<u>19.201</u>	<u>(48)</u>	<u>1.930</u>

BAGUARI

Consumidores e revendedores	83	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	82.632	-	-
Participação societária permanente	4.045	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.044
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	83
	<u>86.760</u>	<u>-</u>	<u>4.127</u>

RETIRO BAIXO

Contas a receber	2.605	-	-
------------------	-------	---	---

Notas Explicativas

Adiantamento para futuro aumento de capital	50.210	-	-
Participação societária permanente	55.533	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(1.092)
	<u>108.348</u>	-	<u>(1.092)</u>

CHAPECOENSE

Contas a receber	7	-	-
Consumidores e revendedores	470	-	-
Participação societária permanente	283.129	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.611
Receitas de prestação de serviços	-	-	832
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	2.660
	<u>283.606</u>	-	<u>7.103</u>

MADEIRA ENERGIA

Participação societária permanente	294.857	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(58.478)
Receitas de prestação de serviços	-	-	7.055
	<u>294.857</u>	-	<u>(51.423)</u>

INAMBARI

Contas a receber	252	-	-
Participação societária permanente	5.631	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(178)
	<u>5.883</u>	-	<u>(178)</u>

TRANSENERGIA RENOVÁVEL

Adiantamento para futuro aumento de capital	11.760	-	-
Participação societária permanente	39.597	-	-
Outros ativos	(1.271)	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	130
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(21)
	<u>50.086</u>	-	<u>109</u>

MGE TRANSMISSÃO

Participação societária permanente	9.667	-	-
Outros ativos	42	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.002
Receitas de prestação de serviços	-	-	213
	<u>9.709</u>	-	<u>1.215</u>

GOIÁS TRANSMISSÃO

Participação societária permanente	14.173	-	-
Outros ativos	48	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.004
Receitas de prestação de serviços	-	-	681
	<u>-</u>	-	<u>1.685</u>

Notas Explicativas

	14.221	-	1.685
REI DOS VENTOS			
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.196	-	-
Participação societária permanente	(230)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(229)
	<u>1.966</u>	-	<u>(229)</u>
SEFAC ENERGIA			
Adiantamento para futuro aumento de capital	47.677	-	-
Participação societária permanente	117.484	-	-
Outros ativos	42	-	-
Fornecedores	-	(8.274)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(25.395)
Receitas de prestação de serviços	-	-	322
Compra de energia	-	-	(49.932)
	<u>165.203</u>	<u>(8.274)</u>	<u>(75.005)</u>
TRANS SÃO PAULO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.575	-	-
Participação societária permanente	5.136	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	600
	<u>13.711</u>	-	<u>600</u>
TRANS GOIÁS			
Participação societária permanente	2.795	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	26
	<u>2.795</u>	-	<u>26</u>
CALDAS NOVAS			
Participação societária permanente	50	-	-
	<u>50</u>	-	-

Remuneração de Pessoal Chave

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	2.317	1.786	12.975	11.109
Salários e encargos sociais	506	501	2.989	2.339
Outros	252	72	1.479	1.314

Notas Explicativas

3.075	2.359	17.444	14.763
-------	-------	--------	--------

NOTA 42 – EVENTOS SUBSEQUENTES**I – UHE TELES PIRES**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) concedeu no dia 19 de agosto de 2011 à Companhia Hidrelétrica Teles Pires a Licença de Instalação para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Teles Pires, de 1.820 megawatts (MW), que será erguida no rio Teles Pires. O barramento da usina será localizado na divisa dos estados do Mato Grosso e do Pará, compreendendo os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA).

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que tem como acionistas a Neoenergia (50,1%), holding do Grupo Neoenergia; a Eletrobras Eletrosul (24,5%), a Eletrobras Furnas (24,5%) e a Odebrecht Participações e Investimentos (0,9%). As empresas formaram o Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, que arrematou a concessão em leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em dezembro de 2010, para fornecimento de energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

II – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Superior Tribunal Federal, indeferiu o pedido da Eletrobras feito através da Reclamação 12043. No documento, a estatal pede a impugnação de decisão do vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, que negou subida à Suprema Corte de recurso extraordinário em processo no qual se discute a hipótese de incidência de correção monetária relativa ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica, criado pela Lei 4.156/1962. A estatal alega que a decisão que negou seguimento ao seu agravo de instrumento usurpou a competência do STF para apreciação da matéria. No entanto, o Supremo decidiu que a questão relativa aos critérios de correção monetária utilizados para a devolução do empréstimo compulsório incidente sobre o consumo de energia elétrica carece de repercussão geral e, por isso, negou o pedido da empresa.

A decisão se refere apenas a 3º. Conversão no tocante a correção monetária, sendo ainda passível de recurso pela Eletrobras.

José da Costa Carvalho Neto*Presidente***Armando Casado de Araújo***Diretor Financeiro e de Relações com Investidores***Valter Luiz Cardeal de Souza***Diretor de Engenharia***Miguel Colasuonno***Diretor de Administração*

Notas Explicativas

Marcos Aurélio Madureira da Silva

Diretor de Distribuição

José Antônio Muniz Lopes

Diretor de Transmissão

João Vicente Amato Torres

Contador

CRC-RJ-057.991/O-S-DF

Outras Informações Relevantes que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações Relevantes:

1 – Posição acionária por espécie e classe dos acionistas detentores de mais de 5% das ações do capital social da Companhia.

▪ Eletrobras:

Acionistas 30/06/2011	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total	
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%
União Federal	552.968.382	50,87%			832	0,00%	552.969.214	40,88%
BNEDESPAR	180.757.950	16,63%			18.691.102	7,04%	199.449.052	14,75%
BNDES (1)	76.338.832	7,02%			18.262.671	6,88%	94.601.503	6,99%
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND * (2)	45.621.589	4,20%					45.621.589	3,37%
CEF	8.701.564	0,80%					8.701.564	0,64%
Fundo Garantidor de Habitação – FHAB *	1.000.000	0,09%					1.000.000	0,07%
Fundo Garantidor para Investimentos – FGI *					8.750.000	3,30%	8.750.000	0,65%
Fundo de Garantia de Operações – FGO *					468.600	0,18%	468.600	0,03%
CAE	525	0,00%					525	0,00%
Diretores	1	0,00%					1	0,00%
JP Morgan Chase Bank **	76.105.586	7,00%			35.147.881	13,24%	111.253.467	8,22%
Paola Penotti Chiappa			22.800	15,52%			22.800	0,00%
Giovanni Chiappa			9.512	6,47%			9.512	0,00%
Skagen K. T. Verdipapirfond ***					27.648.063	10,42%	27.648.063	2,04%
Victor Adler			8.194	5,58%			8.194	0,00%
Outros	145.555.868	13,39%	106.414	72,43%	156.467.734	58,94%	302.130.016	22,36%
Total	1.087.050.297	100,00%	146.920	100,00%	265.436.883	100,00%	1.352.634.100	100,00%

* Fundos no qual o Governo Federal participa.

** Banco depositário dos ADRs de emissão da Eletrobras.

*** Fundos sediados no exterior os quais não se têm abertura de participantes.

(1) Das 82.307.232 ações ON, 80.513.664 pertencem ao BNDES e 1.793.568 pertencem ao Fundo de Participação Social (FPS) do qual o Banco é gestor.

(2) O acionista FND foi extinto, conforme MP 507/10, de 30/12/10. Após o processo de inventário, serão transferidas 30.058.641 ações ON ao acionista União Federal.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

▪ BNDESPAR

O BNDES possui 100% do capital social do BNDESPAR.

O BNDES é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

2 – Quantidade e característica dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia detidos pelos grupos acionista Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal, conforme o artigo 4.2, item III do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da Bovespa.

2.1 – Acionista Controlador e Administradores (Elektrobras):

Acionistas Em 30/06/2011	Ordinárias (unidades)	Pref. "A" (unidades)	Pref. "B" (unidades)	Total (unidades)
Controlador	865.388.317	0	46.173.205	911.561.522
Conselho de Administração	525	0	0	525
Diretores	1	0	0	1
Conselho Fiscal	0	0	0	0
Total	865.388.843	0	46.173.205	911.562.048

2.2 - Ações em Circulação (Free Float):

Acionistas Em 30/06/2011	Ordinárias (unidades)	Pref. "A" (unidades)	Pref. "B" (unidades)	Total (unidades)
Outros*	221.661.454	146.920	219.263.678	441.072.052

* Já deduzidas as 526 ações ON em poder dos Administradores (Diretores e Membros do Conselho de Administração).

2.3 - Total Geral:

Acionistas Em 30/06/2011	Ordinárias (unidades)	Pref. "A" (unidades)	Pref. "B" (unidades)	Total (unidades)
Total Geral	1.087.050.297	146.920	265.436.883	1.352.634.100

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (doravante denominada "Companhia" ou "Eletrobras"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao período findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade operacional das empresas controladas do segmento de distribuição

Chamamos a atenção para a Nota 14 às informações financeiras intermediárias, que descreve que certas empresas controladas do segmento de distribuição tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do período no montante de R\$ 789.585 mil. Essa situação suscita dúvida sobre a continuidade operacional dessas empresas. As informações financeiras intermediárias não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nosso relatório não está ressalvado em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias
do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes
ao trimestre anterior

As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, as revisões das informações financeiras intermediárias do período findo em 30 de junho de 2010 de determinadas empresas coligadas foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes. Nas informações contábeis da Eletrobras, os investimentos destas empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e representam investimentos de R\$ 5.310.756 mil em 30 de junho de 2010 e a participação nos resultados monta a R\$ 169.941 mil no período findo em 30 de junho de 2010. As demonstrações financeiras da Itaipu Binacional, com ativos totais de R\$ 10.115.850 mil em 30 de junho de 2010, incluídas nas informações contábeis consolidadas, foram também revisadas por outros auditores independentes. Nosso relatório, no que se refere aos valores gerados por essas empresas coligadas, estava fundamentado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores e continha ressalva quanto à falta de revisão por auditores independentes das informações financeiras de determinadas empresas coligadas, cujos investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial pela Companhia e suas controladas, sendo que o valor desses investimentos em 30 de junho de 2010 e os resultados por eles produzidos no período de seis meses findo nesta data são de R\$ 1.964.900 mil e R\$ 14.489 mil, respectivamente.

Adicionalmente, os seguintes parágrafos de ênfase foram incluídos em nosso relatório: (a) realização dos créditos tributários e reembolso dos gastos com a compra de insumos decorrentes da produção de energia incorridos pelas empresas que estão no Sistema Isolado para o período de agosto de 2009 a março de 2010, em função da homologação da Lei no. 12.111/2009 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; (b) homologação em caráter provisório, da base de remuneração regulatória da empresa controlada Amazonas Energia; (c) continuidade normal dos negócios de certas empresas controladas do segmento de distribuição; (d) realização dos créditos de ajuste na Conta de Resultados a Compensar - CRC referentes à complementação e suplementação de aposentadoria de seus funcionários ex-autárquicos conforme decisão judicial favorável das empresas coligadas CEEE - D - Companhia de Estadual de Distribuição de Energia Elétrica e CEEE - GT - Companhia Estadual de Geração e Distribuição de Energia Elétrica; (e) reembolso referente aos gastos com plano de complementação de aposentadoria pela Lein.4.819/1957 na empresa coligada CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista; e (f) continuidade normal dos negócios da empresa coligada EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle Sergio Eduardo Zamora
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" DF

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Substituição da Nota de Eventos subsequentes.